

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

ANTONI GONÇALVES CAETANO

**O PRINCIPAL SÃO AS PESSOAS: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA DAS
TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO EM PAULO FREIRE E DOMINIQUE
WOLTON**

DISSERTAÇÃO

**CURITIBA
2020**

ANTONI GONÇALVES CAETANO

**O PRINCIPAL SÃO AS PESSOAS: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA DAS
TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO EM PAULO FREIRE E DOMINIQUE
WOLTON**

**The main are people: a comparative approach to communication
technologies in Paulo Freire and Dominique Wolton**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) – na linha de pesquisa Estéticas Contemporâneas, Modernidade e Tecnologia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima.

**CURITIBA
2020**



Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-la ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Caetano, Antoni Gonçalves

O principal são as pessoas [recurso eletrônico]: uma abordagem comparativa das tecnologias da comunicação em Paulo Freire e Dominique Wolton / Antoni Gonçalves Caetano. -- 2020.

1 arquivo eletrônico (89 f.): PDF; 1,18 MB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens. Área de Concentração: Linguagem e Tecnologia. Linha de Pesquisa: Estéticas Contemporâneas, Modernidade e Tecnologia, Curitiba, 2020.

Bibliografia: f. 84-89.

1. Linguagem e línguas - Dissertações. 2. Freire, Paulo, 1921-1997. 3. Wolton, Dominique, 1947-. 4. Comunicação e tecnologia. 5. Cidadania. 6. Direito à informação. 7. Humanismo. 8. Redes sociais. 9. Estrutura social. 10. Ciberespaço. 11. Computadores e civilização. 12. Análise do discurso. I. Lima, Marcelo Fernando de, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 400



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Curitiba



ANTONI GONCALVES CAETANO

**O PRINCIPAL SÃO AS PESSOAS: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA DAS
TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO EM PAULO FREIRE E DOMINIQUE
WOLTON**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Estudos De Linguagens da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Linguagem E Tecnologia.

Data de aprovação: 30 de Outubro de 2020

Prof Marcelo Fernando De Lima, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Maurini De Souza, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Patricia Marcondes De Barros, Doutorado - Universidade Estadual de Londrina (Uel)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 02/11/2020.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, gostaria de agradecer algumas pessoas que, ao fazerem parte desta caminhada, de alguma forma restaram imprescindíveis para a conclusão desta apaixonante pesquisa.

Ao meu orientador, pela disponibilidade, paciência, sabedoria e profissionalismo.

Aos demais professores do curso, pela entrega com que lecionam e pelo empenho em nos ajudar a trilhar o caminho do conhecimento.

Aos meus colegas de turma, a cada um que a sua maneira contribuiu para o nosso aprendizado eclético e democrático.

A minha melhor amiga e parceira de tantos diálogos, minha querida esposa Andreia.

“Do ponto de vista de uma tal visão da educação, é da intimidade das consciências, movidas pela bondade dos corações, que o mundo se refaz. E, já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais” (FREIRE, 1992, p. 28).

RESUMO

CAETANO, Antoni Gonçalves. **O principal são as pessoas: uma abordagem comparativa das tecnologias da comunicação em Paulo Freire e Dominique Wolton.** 88 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil, 2020.

A partir da reflexão teórica acerca da importância da dimensão humanista no processo de comunicação, este trabalho tem como objetivo identificar e apresentar possíveis semelhanças discursivas entre dois pensadores sobre o assunto, o educador brasileiro Paulo Freire e o sociólogo francês Dominique Wolton. Ancorada na bibliografia de autores como Manzini-Covre (2008), Martino (2017), Giddens (2002) e Lévy (1999) para contextualizar a temática, esta pesquisa também aborda temas como cidadania, comunicação, rede social, ciberespaço e cibercultura. A análise destes temas reforça a tese da necessidade de valorização da dimensão humanista no processo de comunicação. O texto está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos um conceito geral de cidadania e sua origem histórica. Em seguida, com foco no direito à comunicação para o exercício de cidadania, descrevemos alguns acontecimentos históricos sob diferentes interpretações e aplicações no desenvolvimento da vida em sociedade. Na sequência, abordamos a comunicação, a organização das redes sociais e as mudanças ocorridas com o avanço tecnológico que vem alterando significativamente não só a organização social, mas a própria vida em sociedade, fazendo surgir novos conceitos como o ciberespaço e a cibercultura. No segundo capítulo iniciamos com uma síntese biográfica sobre Freire. Em seguida, com foco no tema desta pesquisa, analisamos três textos escolhidos do autor. Para o terceiro capítulo, também iniciamos apresentando um resumo biográfico de Wolton e em seguida igualmente analisamos três de suas obras. No quarto e último capítulo analisamos as possíveis semelhanças discursivas identificadas entre os autores quanto à importância da valorização da dimensão humana no processo comunicativo e apresentamos os pontos em comum encontrados, assim como outros pontos de vista de diferentes autores.

Palavras-chave: Comunicação, Tecnologia, Cidadania, Humanismo, Rede Social.

ABSTRACT

From the theoretical reflection on the importance of the humanist dimension in the communication process, this work aims to identify and present possible discursive similarities between two thinkers on the subject, the Brazilian educator Paulo Freire and the French sociologist Dominique Wolton. Anchored in the bibliography of authors such as Manzini-Covre (2008), Martino (2017), Giddens (2002) and Lévy (1999) to contextualize the theme, this research also addresses topics such as citizenship, communication, social network, cyberspace and cyberculture. The analysis of these themes reinforces the thesis of the need to value the humanist dimension in the communication process. The text is divided into four chapters. In the first chapter we present a general concept of citizenship and its historical origin. Then, focusing on the right to communication for the exercise of citizenship, we describe some historical events under different interpretations and applications in the development of life in society. In the sequence, we approach communication, the organization of social networks and the changes undergone by technological advances that have significantly altered not only social organization, but life in society itself, giving rise to new concepts such as cyberspace and cyberculture. In the second chapter, we begin with a biographical synthesis about Freire. Then, focusing on the theme of this research, we analyzed three texts chosen by the author. For the third chapter, we also start by presenting a biographical summary of Wolton and then we also analyze three of his works. In the fourth and last chapter we analyze the possible discursive similarities identified between the authors regarding the importance of valuing the human dimension in the communicative process and present the common points found, as well as other points of view of different authors.

Keywords: Communication; Technology; Citizenship; Humanism; Social network.

LISTA DE SIGLAS

CADH	Convenção Americana de Direitos Humanos
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica)
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EUA	Estados Unidos da América
FTP	File Transfer Protocol (Protocolo de Transferência de Arquivos)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens
SESCTV	Canal de Televisão do Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UTFPR	Universidade Tecnológica do Paraná
Web	Designação de Rede Mundial de Computadores na Internet

LISTA DE ABREVIATURAS

Abr.	Abril
a.C.	Antes de Cristo
Ago.	Agosto
Art.	Artigo
Dez.	Dezembro
Dr.	Doutor
f.	Folha
Fev.	Fevereiro
Jan.	Janeiro
Jul.	Julho
Jun.	Junho
Mar.	Março
n.	Número
Nov.	Novembro
Out.	Outubro
p.	Página
Prof.	Professor
Set.	Setembro
T.V.	Televisão ou televisor
v.	Volume
VIII	Oito
XV	Quinze
XVI	Dezesseis
XVII	Dezessete
XVIII	Dezoito
XX	Vinte
XXI	Vinte e um

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A CIDADANIA E O DIREITO À COMUNICAÇÃO	16
2.1	Mas afinal, o que é comunicação?	22
2.2	Entendendo a rede social	27
2.3	Tecnologia	30
2.4	Comunicação digital é o mesmo que internet?	32
2.5	Ciberespaço e cibercultura	34
2.6	Cidadania e rede social na atualidade	36
3	A COMUNICAÇÃO SEGUNDO PAULO FREIRE	42
3.1	Pedagogia do oprimido	48
3.2	Extensão ou comunicação?	51
3.3	Educação e mudança	54
4	A COMUNICAÇÃO SEGUNDO DOMINIQUE WOLTON	56
4.1	É preciso salvar a comunicação	58
4.2	Internet, e depois? – uma teoria crítica das novas mídias	62
4.3	Informar não é comunicar	66
5	RESULTADOS	68
5.1	Pontos em comum	68
5.2	Outros pontos de vista	75
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

Especialmente nas últimas três décadas, temos acompanhado o discurso que para melhorar a comunicação é preciso investir mais em tecnologia. Neste sentido, podemos ver que principalmente as instituições públicas e privadas, buscando estreitar o relacionamento com clientes e usuários, tem concentrado suas ações na instrumentalização comunicacional.

Entretanto, nem todos concordam com esta afirmação e atualmente o sociólogo francês¹ Dominique Wolton tem se destacado como um dos principais críticos a este discurso. Segundo ele, é preciso preservar a dimensão humanista nos processos comunicacionais, sendo um equívoco reduzir a melhora da comunicação ao simples avanço do aparato tecnológico.

Neste viés, considerando o uso da tecnologia como meio de comunicação, Wolton vem pesquisando e trabalhando com o objetivo de repensar e preservar “a dimensão humanista” na comunicação humana, cerne dos valores democráticos ocidentais. Para o pesquisador francês, a própria comunicação “[...] aparentemente triunfante, é, na realidade, frágil, ou está até mesmo ameaçada, e isso qualquer que seja sua *escala*, individual ou coletiva, nas relações humanas, familiares, sociais e agora mundiais.” (WOLTON, 2006, p. 10).

A reflexão crítica sobre a necessidade de resgatar a dimensão humanista no processo de comunicação apontado por Wolton se assemelha com a defesa de Freire em prol do diálogo desierarquizado. E apesar destes pensadores terem vivido em épocas e lugares diferentes, suas percepções acerca da comunicação humana apresentam pontos comuns.

Segundo Freire, é a comunicação que transforma os seres humanos em sujeitos, ou seja, ela é condição fundamental de expressão para a emancipação humana. Contudo, esta comunicação deve ser horizontal, de modo que propicie e privilegie o diálogo entre o indivíduo com outras pessoas e com o mundo.

¹ Apesar de nascer em Camarões, no continente africano, Dominique Wolton é cidadão francês.

A partir deste raciocínio, à medida que os trabalhos de Freire passaram a ter como foco principal tecer reflexões críticas quanto à forma de comunicação e às técnicas de ensino utilizadas nas escolas e universidades, o autor foi se aproximando da pedagogia.

Segundo ele, ocorria nas escolas o que chamou de “sistema bancário” de transmissão de conhecimento, pois o educando era tratado como um simples depósito de conteúdos e, nessa sistemática, ignorar a realidade social do indivíduo e, principalmente, negligenciar sua fala, torna o sistema pedagógico utilizado nas instituições de ensino desumano e alienante.

Dessa forma, baseado nesta linha de raciocínio, com o propósito principal de tornar as pessoas mais esclarecidas, críticas e ativas na vida política e social, Freire criou sua metodologia pedagógica que, em detrimento de um sistema homogeneizado e mecânico, buscava valorizar a individualidade de cada pessoa ou a realidade de um grupo.

De certa forma, a ideia de Freire é retomada anos mais tarde por Wolton, quando o francês critica o “adesismo tecnológico” e a atual apologia à tecnologia como “condição para uma revolução nas relações humanas e sociais” (WOLTON, 2012, p. 33). Se por um lado, para Freire era um erro supervalorizar as técnicas generalistas e mecânicas de ensino, do outro lado, para Wolton, ainda que a tecnologia seja atualmente o elemento mais visível da comunicação, é somente uma ferramenta destinada a um fim específico.

Neste sentido, é pacífico entre os estudiosos da área o fato de que a comunicação é intrínseca ao ser humano e imprescindível para atender a sua necessidade de relacionar-se com seus pares. Por isto, a humanidade tem desenvolvido e permanentemente aprimorado diversos meios de comunicação.

Neste diapasão, em sua obra *Medienforschung* (1972), Harry Pross propõe uma classificação dos sistemas de comunicação. Segundo sua teoria, a comunicação pode ser dividida em três meios básicos, que ele chama de mídias primárias, secundárias e terciárias.

A mídia primária necessariamente envolve o corpo humano, com informações visuais, olfativas, auditivas, táteis ou gustativas, como a conversa frente a frente ou o abraço. A secundária nasce da necessidade de adaptação e representação do ser humano no ambiente e na sociedade, um auxílio da comunicação primária, como as placas de trânsito. E por último, a mídia

terciária, aquela que torna possível a oralidade à distância, sem a necessidade da proximidade física entre os interlocutores, como o telefone e a Internet.

Naturalmente, com as transformações sociais e a formação de grupos maiores, acompanhando estas transições, os meios de comunicação também foram evoluindo para se tornarem mais abrangentes. As tecnologias passaram a ser elaboradas de forma a atender um público mais complexo. Contudo, com a priorização deste público nos processos de comunicação, estudiosos como Francieli Puntel Raminelli, Letícia Bodanese Rodegheri, Rafael Santos de Oliveira (2015); Valéria Pinto Freire, Daniel Bramo Nascimento de Carvalho, Luciano Matos Nobre (2017) identificaram que as características humanas têm sido colocadas em segundo plano, uma vez que se tem priorizado o aumento da instrumentalização da tecnologia como forma de melhoria na comunicação.

Diante do atual cenário de apelo às novas tecnologias digitais como principais instrumentos de interação e comunicação humana, este trabalho tem como objetivo principal identificar e analisar pontos em comum entre Freire e Wolton que convirjam em defesa da necessidade de valorizar a dimensão humanista no processo de comunicação.

Para tanto, com o intuito de manter objetividade no trabalho, foram escolhidas três obras de cada autor, são elas: *Pedagogia do Oprimido, Educação e mudança, Extensão ou comunicação?*, de Paulo Freire, e *É preciso salvar a comunicação, Internet, e depois? - Uma teoria crítica das novas mídias e Informar não é comunicar*, de Dominique Wolton.

Para contextualizar a temática deste trabalho, esta pesquisa também estará ancorada nas obras de outros autores como Pierre Lévy (1999), Anthony Giddens (2002), Maria de Lourdes Manzini-Covre (2008), Luiz Carlos Martino (2017). Por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica, para a análise dos dados levantados, aplicamos a técnica qualitativa.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, para contextualizar alguns fundamentos que justificam a escolha dos autores aqui analisados, partimos de conceitos como cidadania e direito à comunicação. Na sequência, trabalhamos sobre o conceito de comunicação e algumas mudanças interpretativas ao longo do tempo. Em seguida, a partir da ideia de que é da natureza humana viver em sociedade, e sendo as redes sociais uma de suas expressões, destacamos a mudança significativa que ocorreu em sua

essência, causada principalmente pelas transformações sociais. Em resumo, uma sequência de acontecimentos que marcaram a transição do mundo feudal para o industrial que desembocaram na modernidade e a corrida incessante pela inovação que viria ser a tônica do pensamento mundial.

Adiante trazemos à baila o que vem a ser tecnologia e seu uso como instrumento de poder, para então avançamos mais especificamente sobre a comunicação digital e a conseqüente geração dos fenômenos conhecidos como ciberespaço e cibercultura. Na sequência, com o propósito de tratar os conceitos de cidadania e rede social na atualidade, reunimos argumentos de outros pesquisadores da área.

Em seguida, partindo da ideia de que os indivíduos das gerações atuais, também conhecidos como “nativos digitais”, têm na tecnologia sua principal forma de comunicação e exercício político-social, analisamos a divergência de entendimento quanto a alguns de seus efeitos.

Nos dois capítulos seguintes, analisamos efetivamente as obras escolhidas de Freire e Wolton.

Dedicamos o segundo capítulo para a apresentação da biografia do pensador brasileiro e destacamos sua percepção crítica sobre a falibilidade das técnicas massivas de comunicação, em especial as aplicadas no ensino escolar. Para o educador, o desrespeito à individualidade da pessoa e a imposição de técnicas antidialógicas de ensino representavam uma verdadeira “opressão” ao educando, pois, segundo Freire, a educação pressupõe um ato de solidariedade, de entrega e recepção mútua. Significa dizer que educador e educando têm ao mesmo tempo o que ensinar e aprender, mas para isto é imprescindível que não haja hierarquia entre eles, cabendo principalmente ao educador estabelecer uma relação didática.

No terceiro capítulo, precedida de uma biografia do autor, trabalhamos o que significa a comunicação para Wolton. Segundo o sociólogo francês, informação e comunicação não são sinônimos. No entanto, faz-se uma confusão a respeito destes diferentes conceitos. Contudo, para o sociólogo, durante as significativas mudanças sociais, especialmente as que se desenvolveram nas últimas décadas, houve por parte de uma minoria a apropriação dos meios de comunicação como forma de controle social e econômico. Neste sentido, como desdobramento de suas pesquisas, Wolton

afirma que “comunicação é um conceito político” e, desta feita, para ele, faz-se necessário um intenso trabalho para restabelecer a dimensão humana que fundamenta a comunicação, por isto, o autor defende que é preciso salvar a comunicação. (WOLTON, 2020).

Finalmente, no quarto e último capítulo, quanto à reflexão sobre necessidade de restabelecer a dimensão humanista, baseada em valores fundamentais como a empatia e o diálogo, primeiramente apresentamos os pontos em comum encontrados entre Freire e Wolton, para em seguida abordamos diferentes pontos de vista de outros autores.

2 A CIDADANIA E O DIREITO À COMUNICAÇÃO

Preliminarmente, considerando que grande parte da base de conhecimento institucionalizado do mundo ocidental, por motivos históricos, econômicos e políticos, advém da Europa, faz-se necessário salientar que o conceito de cidadania aqui apresentado se restringe à história europeia, desprezando outros procedimentos oriundos de outros continentes.

O conceito de cidadania que conhecemos atualmente representa em certa medida a evolução dos ideais humanistas defendidos no contexto da Revolução Francesa no final do século XVIII. Embora tenha surgido apenas na modernidade, o termo cidadania, uma derivação do latim *civitas* (cidade), está relacionado com a Grécia Antiga, onde por volta do século VIII a. C. surgiram as cidades-estados ou pólis, que por possuírem organizações próprias, isto é, autonomia econômica e política, possibilitavam a participação de parte da população nas decisões sociais. Esta pequena parcela da sociedade era composta basicamente por oligarquias aristocráticas, proprietários de terras, homens livres para os negócios públicos.

Em Atenas, que foi o centro artístico, econômico, intelectual e cultural da Grécia Antiga e por isso é considerada a mais importante *pólis* grega, o poder político era controlado por pessoas denominadas de “eupátridas” ou “bem nascidos”. Assim, somente os eupátridas, a menor parte da população grega, tinham direitos políticos e podiam participar da vida política. Nesta época, a cidadania era exercida diretamente pelos cidadãos, todavia, só eram assim considerados os homens maiores de vinte e um anos e livres. Mulheres, crianças, escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos.

Contudo, à medida que outras classes sociais como a dos comerciantes, artesãos e pequenos proprietários de terra foram se fortalecendo, a então aristocracia dominante foi cedendo espaço e poder no processo de condução da vida política da *pólis*.

Neste sentido, por volta de 510 a.C., após uma revolta popular liderada por Clístenes, Atenas foi dividida em dez unidades denominadas “demos”. Este novo regime passou a ser chamado de “demokratia”, isto é, “poder do povo” ou “governo do povo”. Logo, o termo “democracia” é a junção de duas palavras

gregas, “*demos*”, que significa “povo/distrito” e “*kratos*”, que significa “domínio/poder”. Por isto, Atenas é considerada o berço da democracia.

Ainda que historicamente o termo cidadania tenha sofrido diferentes interpretações ou aplicações, o mais importante e que permanece até hoje é a ideia de que a pessoa poder participar da vida política e social de um estado do qual seja membro. Afinal, “cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2005, p. 9).

Em uma definição mais concisa, segundo Lucrecia Anchieschi Gomes e Luciano Pereira dos Santos “cidadania é o exercício equilibrado e harmonioso dos direitos e deveres de todos e de cada um: mas os direitos de uns nunca devem se firmar em detrimento dos direitos dos outros”. (GOMES; SANTOS, 2004, p. 30).

Contudo, mais importante do que saber que cidadania diz respeito aos direitos e deveres do cidadão em determinado estado, é verificar seu exercício, pois como afirma Manzini-Covre (2002), “só existe a cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação dos espaços, da pugna por fazer valer os direitos do cidadão”. Ainda segundo a autora, além do direito do exercício de cidadania, deve ser amplamente assegurada e difundida a liberdade de reivindicação destes direitos, porque o pensamento comum é as pessoas acharem que são apenas receptoras de direitos, quando na verdade elas mesmas devem ser os agentes de seus direitos, seja fiscalizando ou criando soluções (MANZINI-COVRE, 2002, p. 10-11).

Apesar de atualmente vermos a cidadania como condição básica da humanidade, historicamente, é relativamente recente a formulação de institutos em sua defesa, bem como o exercício do direito à comunicação.

Foi somente após as grandes revoluções burguesas a partir do século XVII que os indivíduos passaram a ser consideradas pessoas com direitos que deveriam ser respeitados na sociedade. Passando pela Declaração de Direitos na Inglaterra (1689), a Declaração dos Direitos do bom Povo da Virgínia e Independência das 13 Colônias (1776), a Constituição americana de (1787), foi-se construindo a arquitetura dos direitos humanos. Foi especialmente a

partir da Revolução Francesa (1787-1799) e durante o movimento Iluminista no século XVIII, baseado nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que se “popularizou” a defesa dos direitos dos cidadãos.

Em face às manifestações populares e as mudanças políticas que agitavam o cenário mundial, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou, através da Resolução n. 217, a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Este documento representou a primeira tentativa das nações de estabelecer parâmetros humanitários válidos universalmente para toda a humanidade, independente de diferenças como étnicas ou, linguísticas, entre outras.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), em seu Art. 19.º, destaca que:

[...] Todos os seres humanos têm direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras. (ONU, 2011).

No âmbito das Américas, em 1969, durante a Conferência Interamericana Especializada em Direitos Humanos, foi subscrito o tratado internacional entre os países membros da Organização dos Estados Americanos. Conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), ou Pacto de San José da Costa Rica, este documento que consagra diversos direitos civis e políticos, do qual o Brasil é um dos signatários, entrou em vigor em 18 de julho de 1978.

A respeito da liberdade de pensamento e expressão, este documento dispõe em seu Art. 13.º que:

[...] 1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Este direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. [...] 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controle oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões. [...] (Organização dos Estados Americanos, 1969, Art. 13).

Estes documentos representam grandes vitórias das organizações sociais na batalha por uma sociedade mais humanitária. Uma disputa que historicamente vem sendo travada por duas partes de um mesmo corpo social, isto é, uma composta por um pequeno número de integrantes que detêm o poder sobre as organizações sociais *versus* a outra parte formada pela grande maioria das pessoas que normalmente se submetem às decisões da primeira. Podemos tomar como exemplo a transição europeia do período feudal para o capitalismo.

Até o final do século XV, a sociedade feudal europeia era basicamente composta por três ordens principais: nobreza, clero e terceiro estado (camponeses e burgueses). Na prática, a sociedade era fundamentalmente religiosa, por isso era desconhecido o conceito de separação entre a religião e a política, razão pela qual as duas primeiras, então detentoras de riquezas e poder, simultaneamente mantinham a ordem da sociedade, combatendo qualquer pretensão de ascensão popular.

Contudo, para garantir esta estrutura de poder, era necessário que o estado tivesse uma arrecadação capaz de suprir os recursos necessários a sua manutenção, e não sendo a produção camponesa suficiente, fomentar o mercantilismo era uma solução. Entretanto, com a expansão comercial, aproximadamente no início do século XVI o grupo formado por comerciantes foi ganhando força e diferentemente dos camponeses, foi aos poucos conquistando certos privilégios até então exclusivos da nobreza e do clero. Aqueles que seriam posteriormente chamados de “burgueses”, principalmente em razão de poder econômico, passaram a ascender socialmente.

Em meados do século XVII, esta nova classe social, chamada de “burguesia”, não aceitava passivamente as intervenções e limitações impostas pelo estado absolutista, e sob a promessa de mudanças políticas no sentido de diminuir a exploração estatal, angariou adeptos a sua causa.

Assim, a expansão deste pensamento ensejou um novo movimento cultural, o Iluminismo, com viés predominantemente filosófico, cultural e científico que expressa a rejeição às tradicionais características da vida europeia, às quais o próprio movimento chamou de Antigo Regime, colocando a burguesia como uma alternativa de poder. As chamadas Revoluções

Burguesas (Revoluções Inglesas - Puritana e Gloriosa, a Independência Norte-Americana, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa) viriam consolidar o poder econômico da burguesia, resultando em sua futura ascensão ao poder político.

Segundo Manzini-Covre (2002, p. 25), esta nova “visão de mundo” burguesa tinha nas obras de importantes intelectuais como Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant e John Locke a justificação de sua ideologia capitalista. Como na obra, *Segundo Tratado sobre o Governo (1632-1704)*, em que Locke faz uma interpretação de cidadania e direito à propriedade com uma conotação apropriada ao interesse burguês:

Trabalhando o vínculo de propriedade do corpo e cidadania, Locke o faz de tal forma que passa a indicar quem, segundo ele, tem a propriedade do próprio corpo e, portanto, quem é realmente cidadão. Ele afirma que a propriedade não é exatamente o corpo, mas o fruto que o corpo produz pelo trabalho ao se apropriar da natureza. E argumenta que essa apropriação não precisa do consentimento expresso de todos os homens. Para Locke, o que é meu não é só o que retiro da natureza por mim mesmo, mas tudo aquilo retirado da natureza por meu cavalo, por meu criado. Aqui, ele começa a delinear os cidadãos e os não-cidadãos, os que têm propriedade do corpo e os que têm o corpo mandado. Locke vai assim, pouco a pouco, esvaziando a possibilidade de sua afirmação inicial, de que todos têm uma propriedade no próprio corpo. Em certo momento do texto, ele sai à busca da autoridade para essa apropriação e argumenta que o direito a ela pertence aqueles, conforme suas palavras, que são os mais diligentes e racionais, em vez de preguiçosos e incapazes. Esta aí perfilada a ideologia capitalista - da lei dos mais aptos e da competição -, possibilitando a exploração de grupos de homens por outros. Assenta-se aí, também, uma construção da cidadania que desenha a desigualdade (MANZINI-COVRE, 2002, p. 26).

Posteriormente, com a gradual ascensão ao poder pela burguesia, as mudanças sociais por ela defendidas restaram insuficientes. Segundo Marshall Berman (1986), com a tomada do poder, a burguesia se acomodou, transformando tudo em ímpeto de acumulação de capital. Neste sentido, para manter-se no poder, a burguesia age para que o exercício de cidadania pela população seja passivo e assim se mantenha, cabendo à primeira decidir o que é mais conveniente ou necessário.

Mas em oposição às arbitrariedades dos regimes estabelecidos, as classes oprimidas vêm se organizando e manifestando suas vontades, formando o chamado Estado de Direito que surge “[...] para estabelecer direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei, e acenar com o fim da

desigualdade a que os homens sempre foram relegados” (MANZINI-COVRE, 2002, p. 17).

Entretanto, para que a burguesia mantenha seus privilégios baseados no capitalismo é necessário estabelecer um forte discurso que valores universais como cidadania devem ser discutidos e conquistados pacífica e vagarosamente. E para convencer que esta é a forma correta, condiciona esta participação aos representantes de classes. Bem diferente da maneira com que ela mesma ascendeu ao poder, através de revoluções e até mesmo decapitações.

Ocorre que dentro de uma lógica capitalista, para atender seus interesses, a burguesia sabe muito bem como negociar e estabelecer uma aliança com a outra parte, e para isto, nada mais eficaz que dar ao submisso a sensação de que, em respeito à liberdade de expressão, existe uma comunicação respeitosa. Entretanto, se em certa medida os influenciados ganham voz ativa, fazendo-se ouvir, o processo burguês de manutenção do poder estabelece uma metodologia, a representatividade. Desta forma, a elite burguesa não divide o poder com a grande massa popular que, por sua vez, do desejo de emancipação, passivamente terceiriza sua ação aos seus representantes.

Neste sentido, embora tardio, estes movimentos com origens filosóficas em defesa da liberdade de pensamento acabaram se desdobrando na ideia de liberdade de expressão, que constitui a base do direito à comunicação. Por sua vez, na modernidade, a comunicação foi utilizada pela burguesia como instrumento de manipulação, o que lhe rendeu pesadas críticas, em especial as tecidas pelos integrantes da chamada Escola de Frankfurt, que, analisando a razão das mudanças sociais e o estabelecimento de instituições instrumentalizadas, delinearam a chamada Teoria Crítica.

Com a Revolução Industrial e a consequente operacionalização dos processos racionais, cunhada por Max Horkheimer (1990) de “razão instrumental”, criou-se um cenário ideal para que a burguesia, buscando legitimar o capitalismo, reorganizasse em seu favor a sociedade, de modo que predominasse o entendimento de que o funcionalismo industrial significava a autonomia dos indivíduos, símbolo da modernidade. Entretanto, a partir de uma abordagem que buscava unir a tradicional teoria filosófica à prática

contextual, a Teoria Crítica tinha como objetivo principal refletir sobre a organização e a consciência dos trabalhadores industriais frente às ordens instituídas. É importante destacar que as pesquisas da Escola de Frankfurt também se estenderam a outras áreas do conhecimento, como a comunicação social, a psicologia, ou o direito.

Neste sentido, Jürgen Habermas (2012), um dos principais expoentes da segunda geração da Escola de Frankfurt, busca construir um conceito otimista de racionalidade. Para ele, alguns autores que o antecederam, em certa medida, confundiram um tipo de racionalização com a própria razão, que por sua vez pressupõe uma função comunicativa. Para tanto, Habermas, abandonando o paradigma da consciência enfatizado pelos teóricos da primeira geração da escola frankfurtiana, ancora seus estudos nos processos de comunicação.

Segundo Habermas (2012, p. 392), não se sustenta mais o paradigma da consciência, pois a representação e a manipulação de um sujeito não ocorrem em sua relação com o mundo objetivo, mas na relação intersubjetiva entre sujeitos que ao se comunicarem transmitem e interpretam algo comum em seu mundo social.

Desta feita, para Habermas, esta interação comunicativa entre sujeitos que visam a partir da compreensão mútua coordenar suas ações em prol do entendimento, significa o que ele irá chamar de “teoria do agir comunicativo”. Conforme esta teoria é via a livre discussão entre os sujeitos que se firmam acordos éticos, trata-se de uma negociação para harmonizar interesses com respeito às particularidades.

Neste diapasão, para contextualizarmos a importância da comunicação nesta dissertação, consideramos primordial abordarmos o tema a partir de seu conceito.

2.1 Mas afinal, o que é comunicação?

Para conceituar o termo comunicação, optamos por recorrer à etimologia da palavra. Segundo Martino (2017):

O termo comunicação vem do latim *communicatio*, do qual distinguimos três elementos: uma raiz *munis*, que significa “estar

encarregado de”, acrescida do prefixo *co*, o qual expressa “simultaneidade”, “reunião”, temos a ideia de uma “atividade realizada conjuntamente”, completada pela terminação *tio*, que por sua vez reforça a ideia de atividade (MARTINO, 2017, p. 53).

Logo, sendo a comunicação uma atividade de expressão, tentar delimitar sua abrangência pode resultar em certa negligência, pois sabemos que este fenômeno é comum também em outros meios, como a comunicação entre os animais ou entre aparelhos técnicos, como os computadores, por exemplo. Contudo, “comunicar não é simplesmente ‘ter algo em comum’, no sentido de se ter algumas características ou propriedades semelhantes; o termo não se refere à essência ou aos atributos das coisas” – a comunicação somente será efetivada se o receptor decodificar a mensagem transmitida pelo emissor. (MARTINO, 2017, p. 54).

Diferentemente do que acontece entre os animais ou máquinas, na comunicação humana entram em cena processos de interação mais complexos entre os comunicantes, como a variação da linguagem, em que é possível, entre outros, a criação de imagens irreais, a mentira ou a dissimulação.

Neste prisma, diante de um assunto tão amplo, para não fugirmos ao tema proposto neste trabalho, vamos abordar comunicação a partir do período das Luzes.

Nas origens do Iluminismo, a ideia liberal de autonomia e emancipação do indivíduo passava pelo racionalismo científico. Esta, por sua vez, representava uma área composta de teóricos majoritariamente financiados pela burguesia. Significa dizer que suas obras atendiam aos interesses burgueses. Contudo, ainda que o discurso burguês em defesa de ideais liberais tenha sido utilizado para sua própria ascensão ao poder, condizia em grande parte com os anseios populares. Neste viés, a organização dos meios de comunicação foi imprescindível para disseminar as ideias de seus teóricos e conquistar o apoio popular necessário para desbancar a monarquia.

Para tanto, a burguesia trabalhou para inculcar nas pessoas a ideia de que a valorização do indivíduo e os frutos do seu trabalho eram condições necessárias para a construção de uma sociedade moderna que, por sua vez, só poderia ser administrada por uma classe inovadora, isso é, a própria burguesia. Com a disseminação e a aceitação popular das inovadoras ideias

iluministas, vários países, especialmente os europeus, vieram a ser administrados por elites burguesas. Porém, o que se viu quase como regra foi uma mudança de comportamento dos novos detentores do poder. Aquela aspiração revolucionária que cativou por parte da burguesia o apoio popular cedeu lugar a um comodismo que então lhe interessava.

Assim, as mudanças sociais entraram em um ritmo mais cadenciado, imposto pelos donos dos meios de produção para manter o controle social e inviabilizar quaisquer manifestações que ameaçassem sua hegemonia. Os mesmos poderosos atuavam através dos meios de comunicação que também lhes pertenciam. Com a modernização, os meios de comunicação passam a alcançar um público cada vez maior. O aumento na quantidade e velocidade que são produzidos os materiais os obrigam a produzir conteúdo em grande escala, a chamada comunicação de massa.

Passado mais algum tempo, aproximadamente no início do século XX, com os recém criados rádio e cinema, os meios de comunicação direcionados ao grande público seriam largamente utilizados como um importante instrumento de poder. Ultrapassada a fase de experimentos técnicos e de recreação familiar, estes meios de comunicação se tornaram fundamentais como forma de disseminação a ideológica e o controle político.

Contudo, ainda que se tenha tentado direcionar os canais de comunicação para atender interesses políticos, a expansão da mídia também conectou pessoas, facilitando a troca de ideias.

Neste cenário globalizado, a imagem metafórica de aldeia global criada por Marshall McLuhan (1977) na década de 60, quando qualquer indivíduo teria a possibilidade de se intercomunicar diretamente com qualquer pessoa no planeta, tinha nos modernos meios de comunicação os instrumentos necessários para tal.

Entretanto, diferentemente da idealizada aldeia global, onde da interligação entre diferentes pessoas e comunidades se geraria uma teia de interdependências mútuas em prol de um mundo mais solidário, desenvolvido e sustentável, o que se deu foi mais notoriedade da desigualdade e alienação social e econômica que assolam o mundo.

Assim como ocorre em outras áreas, na infraestrutura tecnológica mundial existem poucos produtores de tecnologia e uma grande maioria de

meros consumidores, influenciando diretamente nos caminhos seguidos pela administração política de vários países e que conseqüentemente impactam na vida de muitas pessoas.

Segundo Sergio Paulo Rouanet, trata-se de um “Iluminismo moderno” que, tendo ao seu dispor modernos meios de comunicação mais rápidos e abrangentes para a interação entre as pessoas, conseqüentemente altera e dita novas regras de comportamento social. (ROUANET, 1992, p. 1)

Contudo, diante das inovações tecnológicas, podemos observar que o diálogo tem se tornado mais presente na vida das pessoas. Entretanto, este diálogo tem sido praticado em nível global, significa dizer que atualmente, dadas as condições tecnológicas, o indivíduo pode estabelecer vários diálogos até mesmo de forma simultânea com diversas pessoas. Nesta perspectiva, à medida que as pessoas vão se comunicando e trocando informações, podem se organizar e agir socialmente de maneira mais ordenada.

Nas últimas décadas, temos assistido ao aparecimento de diversas celebridades que, em prol dos mais variados motivos, conseguem atingir e mobilizar grande número de pessoas. De causas em defesa do planeta Terra a simples interesses particulares, a utilização das novas tecnologias nos meios de comunicação tem sido motivo de significativas mudanças comportamentais. Ressalvados os casos extremos, é possível interpretar este comportamento com o agir comunicativo teorizado por Habermas (2012).

Diante da complexidade da vida moderna a teoria habermasiana encontra validade nos agires contemporâneos, ensejando uma nova perspectiva conceitual acerca do uso racional da comunicação. A partir da interpretação de que a organização social está baseada em torno da racionalização produtiva e rentável economicamente, Habermas aborda a razão comunicativa como chave para compreender as relações humanas e as manifestações sociais.

Segundo sua teoria centrada na questão da linguagem humana, a inter-relação dialógica do indivíduo com seus pares, cria condições para que a pessoa possa compreender-se no contexto social e ao mesmo tempo seja capaz de formular argumentos sobre o desenvolvimento da sociedade como um todo. Em sua concepção, o diálogo proporciona tanto a integração do indivíduo no seio social, como seu entendimento contextual. Como

consequência, a somatória destes diálogos interdependentes resulta em um consenso.

Em certa medida, esta teoria de Habermas se aproxima da *práxis* idealizada por Paulo Freire, quando o brasileiro incentivava a interação através do dialogismo horizontal para a formação crítica do indivíduo. Concatenando tais ideias, somos levados a reconhecer a importância do outro na vida da pessoa, seja para promoção da sua autonomia intelectual ou sua integração e participação social. Neste sentido, considerando que nas sociedades modernas o isolamento social tem se tornado inviável, as relações pessoais do indivíduo mostram-se imprescindíveis. Sua rede social é fator determinante em sua vida.

Seguindo esta linha de raciocínio, Habermas (2012) apresenta o conceito da “racionalidade comunicativa”, segundo o qual a argumentação tem fundamental importância no desenvolvimento da democracia. Entretanto, em razão das novas tecnologias nos meios de comunicação, contemporaneamente podemos notar, especialmente nas redes sociais virtuais, autênticos comportamentos eudemonistas. Desejos insaciáveis de pertencimento e exibição, um estranho palco de apresentações que nunca terminam para uma plateia constantemente indefinida, uma espécie de busca incessante pela autorrealização. E este pode ser um terreno fértil para discursos moralistas hegemônicos, pois segundo Manuel Castells (1999), a sociedade interligada em rede que tem na informação fonte de formação e orientação também tem de desorientação.

Levando em conta a lógica da tradição Iluminista, a valorização do individualismo é o ponto que mais se destaca na atualidade. Dentro do novo cenário digital, a ideia de autonomia e poder através da rede ganha novos ares. Entretanto, na prática o que ocorre é um pseudoindividualismo, pois a nova estrutura social até se propõe a defender a particularidade de cada um, mas esta precisa estar de acordo com um bem maior, o interesse coletivo.

Porém, esta nova ideia de coletividade difere da universalidade iluminista almejada no passado. Na atualidade, o que tem se efetivado é o esmagamento de grupos com interesses particulares. Faz-se importante destacar que é principalmente por meio da comunicação que esta nova estrutura social se constrói. Dentro de um processo mais interativo, as relações sociais se afirmam sobre acontecimentos mais próximos de suas realidades.

Estas experiências validam e justificam a organização de grupos distintos que, a partir de interesses próprios, impõem condições que afetam todo o corpo social.

Portanto, considerando a múltipla possibilidade de estudos sobre a interação humana, nesta dissertação nos concentraremos sobre a comunicação empregada na tecnologia, mais especificamente sobre seu uso através das redes sociais.

2.2 Entendendo a rede social

Considerando que é de sua natureza viver em sociedade, é natural que ao longo da vida o ser humano se relacione com outras pessoas. Movido por necessidades ou interesses e ultrapassando os limites familiares, à medida que interage com outras pessoas, vai construindo sua rede social e automaticamente integrando à de outros. Assim, a partir das relações sociais e sua organização em sociedade, devido às constantes mudanças contextuais, o ser humano vive diferentes experiências ao longo de sua história.

Neste sentido, podemos dizer que, basicamente, rede social é a estrutura que se forma do relacionamento entre pessoas com interesses, objetivos ou valores em comum. Já María Piedad Rangel Meneses e Jorge Castellá Sarriera definem as redes sociais como um sistema aberto em permanente construção individual e coletiva que utilizam o conjunto de relações que possuem uma pessoa e um grupo, e são fontes de reconhecimento, de sentimento de identidade, do ser, da competência, da ação. (MENESES; SARRIERA, 2005, p. 54)

Contudo, apesar das transformações sociais já virem acontecendo desde os primórdios da espécie humana, neste trabalho nos concentraremos nas mudanças sociais a partir da Idade Moderna, início do século XV.

Foi neste período, especialmente durante o processo de industrialização de alguns países europeus, que a sociedade gradativamente começava a sair de uma realidade feudal para a capitalista. Esta fase de profundas mudanças estruturais não se resumiria à relação de trabalho. Consequentemente, também alteraria a forma das pessoas se relacionarem e se organizarem.

Destas mudanças, segundo Giddens (2002), podem-se observar três elementos essenciais. O primeiro é a dissociação entre tempo e espaço. Com o uso de instrumentos como relógios e mapas, foi mudando a conexão do ser humano com o “quando” e “onde” se dava determinada atividade social. O segundo elemento é o “desencaixe” por parte do ser humano de sistemas concretos para abstratos, como o uso do dinheiro. E o terceiro elemento é a “reflexividade” que a organização social faz de si mesma em relação às outras. Não que isto seja algo inédito, mas segundo Giddens, com a modernidade, este processo ocorre com mais celeridade e marca um período.

Podemos observar que os elementos apontados por Giddens dizem respeito especialmente à mudança de conceito que o ser humano tinha sobre si e sua posição no mundo e, neste processo de transição, a tecnologia vem desempenhando um papel fundamental, inclusive a própria noção de espaço vem sendo alterada em razão dela.

Nesta lógica transacional, Castells (2002, p. 501) afirma “[...] que nossa sociedade está construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos”, ou seja, as constantes transformações experimentadas pela humanidade são intrínsecas a ela. Partindo da hipótese de que na sociedade em rede o espaço organiza o tempo, para o autor, trata-se de um processo natural que os avanços tecnológicos se tornassem onipresentes nos eventos sociais. Classificados como avançados, diversos serviços como os financeiros e jurídicos entre outros “podem ser reduzidos à geração de conhecimento e a fluxos de informação”. Neste cenário, a comunicação eletrônica domiciliar foi um dos grandes fatores na promoção do declínio de formas urbanas densas e a diminuição da interação social localizada espacialmente (CASTELLS, 2002, p. 468-469).

Em contrapartida, a expansão destes serviços em razão da economia global também fomenta o avanço tecnológico. Contudo, podemos observar que, na tentativa de se tornarem locais mais atrativos aos investimentos internacionais, diversos países entram num fluxo global de dependência tecnológica. Nesta lógica concorrencial, a indústria mundial também tem explorado as diferenças tecnológicas entre diferentes regiões pelo planeta. Separando os processos produtivos de acordo com a capacidade tecnológica

de cada região, observamos maior concentração dos trabalhos que exigem maior qualificação àqueles com melhores condições tecnológicas, restando à maior parte da linha produtiva mundial às regiões menos desenvolvidas tecnologicamente, estabelecendo um fluxo permanente de mão de obra.

Dentro desta realidade mundial, a própria execução do trabalho tem sido alterada em razão das inovações tecnológicas. O teletrabalho ou trabalho *online* vem substituindo tradicionais formas de trabalhos. Seja por motivos econômicos ou de bem-estar social, esta crescente forma laboral é motivo para que parte da sociedade não a veja com bons olhos. O medo pela perda do posto de trabalho para as máquinas fortalece o discurso dos mais pessimistas que a tecnologia é perigosa ou até mesmo nociva.

Entretanto, salvo as desigualdades sociais impostas pela própria ação humana, podemos observar que a tecnologia continua sendo uma forte aliada da evolução humana. Mas afinal o que é mesmo tecnologia?

2.3 Tecnologia

Para Alberto Oscar Cupani (2014, p.3), a própria definição de tecnologia é complexa. Não por acaso as “definições da tecnologia são não apenas surpreendentemente plurais e variadas, como, em alguns casos, aparentemente desvinculadas”. Contudo, para tentar responder a esta pergunta, precisamos lembrar-nos da própria história da humanidade.

Segundo Estéfano Vizconde Veraszto et al. (2008):

Nossos antepassados primitivos já utilizavam objetos achados na natureza como instrumentos que lhes garantissem uma extensão do corpo, porém não mostravam nenhuma intenção de modificá-los ou melhorá-los. O potencial tecnológico do homem estava presente, contudo ainda faltava um lampejo do intelecto para que mudanças significativas começassem a ser empreendidas (VERASZTO et al., 2008, p. 62).

Contudo, foi apenas quando o *Homo erectus* talhou a pedra, transformando-a em instrumento para seu uso, que a técnica passou a fazer parte da história da humanidade. E “essa fabricação dos primeiros instrumentos de pedra lascada já correspondia a um saber-fazer: uma tecnologia [...]” (VERASZTO, et al. 2008, p. 64). Antropologicamente falando,

Assim surgiu o homem. Somente através do emprego de sua capacidade intelectual primitiva é que foi capaz de estabelecer relações fundamentais que o auxiliaria a modificar o meio, empregando uma técnica até então inexistente. O homem surgiu somente no exato momento em que o pensamento aliou-se à capacidade de transformação (DUCASSÉ, 1987, apud VERASZTO, 2008, p. 63).

Desde então, o ser humano vem desenvolvendo outros utensílios para a sua sobrevivência, “arte-fatos, ou seja, entidades feitas mediante uma técnica (arte, *tekhne*)” (CUPANI, 2014, p. 4). Descobriu o fogo e desenvolveu a fala. Mas ao elaborar a linguagem dava início a uma das primeiras tecnologias intelectuais (LÉVY, 1993). Assim, a história do ser humano se mistura com a história da tecnologia. Graças a sua habilidade técnica e sua grande capacidade intelectual de criar, inovar e desenvolver tecnologias mais avançadas, o ser humano “converteu-se em uma criatura biológica e culturalmente mais refinada, e devido a isso, os produtos de seu talento foram tornando-se cada vez mais funcionais e ganhando em qualidade [...]”. (RODRÍGUEZ ACEVEDO, 1998, p. 110).

O fenômeno tecnológico que primordialmente desenvolve-se para atender às necessidades humanas constitui-se numa “[...] entidade dinâmica, cuja razão de ser, como o *logos* de Heráclito, parece consistir na própria mudança” (CUPANI, 2014, p. 9).

Neste sentido, à medida que a tecnologia vem se tornando mais presente na vida das pessoas, nasce principalmente nos grandes centros a falsa ideia que para melhorar a comunicação, basta ampliar e melhorar o aparato tecnológico. Entretanto, a ausência de neutralidade dos avanços tecnológicos pode mascarar objetivos políticos.

Neste sentido, surgem denúncias em razão destas decisões politicamente antidemocráticas. Os cidadãos da “civilização tecnológica” têm sido transformados em meros consumidores (CUPANI, 2014, p. 11). Para Manzini-Covre (2002, p. 41) a criação de mais e mais tecnologia é uma reação do capital para diminuir a dependência dos trabalhadores. Uma forma de ludibriar a classe trabalhadora.

Em meio a este debate sobre relação humana com a tecnologia, no entendimento de Andrew Feenberg (1991), em face das variedades

tecnológicas a questão mais importante é a escolha dos caminhos rumo ao progresso da humanidade. Para o autor, faz-se necessária uma reflexão mais aprofundada com base em um contexto mais amplo de valores, algo mais elaborado que a racionalidade tecnológica dominante.

Neste sentido, a partir de teorias desenvolvidas na Filosofia da Tecnologia, o pesquisador americano as divide em três ramos principais: instrumentalismo, substancialismo e determinismo. Em apertada síntese, de acordo com o ramo instrumentalista, a moderna tecnologia é neutra e subjugada à vontade humana. Enquanto meio instrumental, não pode ser entendida como unidade autônoma, devendo ser compreendida pela funcionalidade a que se destina.

De acordo com esta concepção, a tecnologia é o meio empregado para o fim que fora previamente definido pelo ser humano. Indiferente à contextualização política, de acordo com uma racionalidade objetiva, a evolução tecnológica é resultado da busca de um padrão de eficiência universal.

Já para o ramo do substancialismo, a tecnologia não é neutra em relação ao contexto em que está inserida. Desenvolvendo-se autonomamente, sua crescente presença no meio social representa certa ameaça à autonomia humana, à medida que a tecnologia assume mais espaço na vida moderna condicionando inúmeras atividades à sua dependência. Neste sentido, a ausência de alternativa em substituí-la, representa uma condicionante trágica. Mais do que simplesmente influenciar, a instrumentalização da tecnologia determina os valores sociais e as próprias ações humanas.

Por último, segundo o ramo do determinismo, conjugando dois princípios anteriores, a tecnologia é um meio instrumental neutro e autônomo em seu desenvolvimento. Sua construção está atribuída ao âmbito das ciências, portanto, definida como a única forma equilibrada de progresso da sociedade moderna. Contudo, o caráter tecnológico não representa detrimento do valor humanista no processo social, mas uma parte importante de todo o contexto. Embora autônoma, a tecnologia é entendida como funcional, isto é, de acordo com o propósito estabelecido pelo ser humano. Apesar de não sofrer a influência humana, na concepção determinista, escolhida determinada

tecnologia a ser aplicada em uma sociedade, sua eficácia dependerá da organização social em torno de sua aplicação.

Neste sentido, corroborando sua afirmação de que diante da variedade tecnológica que se mantém crescente, o que mais importa é o caminho a ser seguido, o filósofo argumenta que as sociedades modernas estão numa encruzilhada, pois a mesma tecnologia utilizada para concentração de poder, também pode servir para promoção da democracia.

Diante desta incógnita, levando em consideração o contexto de cada sociedade, com a atual tecnologia digital, a comunicação representa um elemento fundamental na escolha do caminho em direção de uma realidade social mais democrática.

2.4 Comunicação digital é o mesmo que internet?

Podemos dizer que a atual comunicação digital é a modernização e expansão da própria Internet, que surgiu nos Estados Unidos durante a Guerra Fria. No início, em meados de 1969, por meio do projeto Arpanet, o objetivo era utilizar a Internet exclusivamente para a troca de informações internas pelas forças armadas norte-americanas. Posteriormente, houve uma abertura no uso da Internet, que passou a ser utilizada também pelo sistema público de telecomunicações.

Com o advento da Internet, a comunicação humana tornou-se mais célere e abrangente, alcançando um número maior de pessoas interconectadas por diversas plataformas. Atendendo a interesses comuns, a dinâmica comunicativa facilitada pela Internet, de certa forma, representa uma nova formatação da comunicação popular que surgiu de modo alternativo nas décadas de 70 e 80. Nascida como “[...] uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população [...]”, representava um mecanismo efetivo de participação política (PERUZZO, 1998, p. 120).

Sob este prisma, a ampliação de contatos por meio das redes sociais digitais tem alterado não só o comportamento das pessoas, mas também a forma de se comunicarem, isso por que

Nas sociedades de informação, onde a rede é um elemento central da organização, um novo modelo comunicacional tem vindo a tomar forma: um modelo caracterizado por uma nova rede interpessoal, de um para muitos e de massa, que conecta públicos, participantes, utilizadores, empresas de difusão e editoras sob uma só matriz de rede mediática (CARDOSO; LAMY, 2011, p. 76).

Neste novo modelo organizacional, a relação interpessoal do indivíduo com o mundo através das redes sociais virtuais é motivo de satisfação ou realização pessoal. O desejo de sentir-se aceito ou reconhecido, em muitos casos, leva a pessoa a alterar seu comportamento de modo a sempre querer convencer ou conquistar alguém, nestes casos, o que mais importa é ter um grande número de “amigos” ou “seguidores”, não importando necessariamente se há ou não um laço que os una.

Esta nova forma de organização, mais globalizada e interativa, alterou substancialmente os comportamentos individuais e coletivos, especialmente nas últimas décadas em que os meios de comunicação não estão mais restritos aos computadores fixos em empresas e residências, pois se estenderam também aos aparelhos portáteis, especialmente os telefones celulares que atualmente são verdadeiros computadores de bolso que por estarem mais acessíveis às pessoas tem se tornado o meio prioritário de comunicação humana, seja no uso particular ou profissional.

De certa forma, a necessidade humana de se perceber conectado com o outro tem despertado um sentimento de devoção às redes sociais e às mídias, resultando até uma espécie de rito a ser cumprido. Neste sentido é interessante considerarmos a opinião do sociólogo Michel Maffesoli. Segundo ele, recorrendo a Hegel “[...] que dizia no século 19: a leitura do jornal é a oração do homem moderno. Podemos pensar que as mídias interativas serão a oração do homem pós-moderno” (ESTADÃO, 2014). Neste diapasão, acredita ainda o autor

[...] que essas mídias favorecem a mediação, isto é, a relação e a inter-relação entre as pessoas. Se a modernidade, particularmente no seu momento final, viu o triunfo da “multidão solitária”, a pós-modernidade nascente verá se desenvolver uma multiplicidade de novas tribos urbanas, cuja essência é o relacionismo (ESTADÃO, 2014).

Esta nova dinâmica mais abrangente resulta em um novo ambiente, o ciberespaço e conseqüentemente a frequência deste ciberespaço, se desdobra em uma nova cultura, a cibercultura.

2.5 Ciberespaço e cibercultura

Segundo Martino (2015, p. 29), “a palavra ciberespaço foi usada pela primeira vez no livro *Neuromancer*, de William Gibson, publicado em 1984. Referia-se a um espaço imaterial ao qual seres humanos eram conectados através de aparelhos eletrônicos”. Posteriormente, o ciberespaço, este ambiente virtual que não se resume ao disposto na Internet, pois também ocorre quando o ser humano utiliza outras tecnologias como *paggers* ou a comunicação entre radioamadores, foi objeto de várias definições. Contudo, foi especialmente por meio das pesquisas do filósofo Lévy que os termos ciberespaço e cibercultura ganharam definições mais específicas e atualmente são as mais aceitas e utilizadas.

Segundo ele, o ciberespaço é definido como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 1999, p. 92). Ainda de acordo com Lévy (1999, *apud* MARTINO, 2015, p. 29), “uma das características do ciberespaço é sua arquitetura aberta. É fluído, em constante movimento – dados são acrescentados e desaparecem, conexões são criadas e desfeitas em um fluxo constante”.

O que torna o ciberespaço inovador está no fato de representar um novo conceito humano diante do próprio contexto em que vive, pois como observa Fernanda Silveira Correa Galli, “introduz um conceito de descentralização da informação e do poder de comunicar”. (GALLI, 2010, p. 151).

Nesse sentido, a ocupação do ciberespaço pelas redes sociais virtuais significa um novo cenário de atuação cívica. A participação mais efetiva dos cidadãos com a troca de informações e a comunicação sobre diversos assuntos referentes a interesses sociais fomenta maior engajamento e envolvimento político dos indivíduos.

Segundo Michel Maffesoli e Moisés de Lemos Martins, trata-se “de um *status nascendi* que contamina, de muitas maneiras, a vida cotidiana das

nossas sociedades” e talvez a figura do fluxo, por ser uma metáfora da vida, seja a melhor chave para a compreensão deste estado (MAFFESOLI; MARTINS, 2011, p. 42). Porque assim como a vida, o fluxo vive de impulsos, é movimento instável e com certa duração. Por consequência, o uso frequente do ciberespaço resulta em uma nova cultura, denominada de cibercultura, que segundo Lévy (1999, p. 17) é o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem justamente com o crescimento do ciberespaço”.

Logo, a partir do conceito lévyniano de cibercultura, podemos entender que a cibercultura contempla uma grande variedade de movimentos sociais, como por meio da música, vídeos, imagens ou textos, que expressem sentimentos, opiniões, que transmitam conhecimentos ou simplesmente promovam interações. Fazendo uma interpretação mais extensiva e complementar, trata-se de um aumento significativo do compartilhamento de ideias, pois segundo André Lemos através da cibercultura estamos pensando de maneira mais colaborativa, plural e aberta. (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 27). À medida que podemos produzir e compartilhar nossas expressões livremente, também estamos potencializando nossas consciências político-sociais.

Uma mudança de comportamento está ocorrendo entre as pessoas, com intercâmbio de informações e quebra de paradigmas. Serve-nos de exemplo a *Wikipedia* “[...] um símbolo por excelência de que o saber já não vem de cima, que não emana de um poder vertical, e se propaga antes a imagem da potencia de base, de uma maneira horizontal” (MAFFESOLI; MARTINS, 2011, p. 52).

Estas manifestações também recebem outras nomenclaturas, como as de Antonio Enrique Pérez Luño. Segundo Valéria Ribas do Nascimento e Saul de Oliveira Sichonany Neto, o professor denomina de cibercidadania ou teledemocracia este modelo participação popular através das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTIC – que por estarem mais presentes entre as pessoas, conferem maior liberdade e disponibilidade de informações, reforçando valores cívicos e o exercício de direitos com maior participação da sociedade. (NASCIMENTO; SICHONANY NETO, 2015, p.53-53).

Logo, sendo o ciberespaço uma maneira de ampliar a possibilidade de organização e interação entre as pessoas, a cibercultura que resulta destas ações atualmente é uma forma global de cidadania?

2.6 Cidadania e rede social na atualidade

Forjada ao longo da modernidade, a ideia genérica de cidadania que temos atualmente, entendida como os direitos e deveres que os indivíduos têm numa determinada sociedade, é fruto da luta que iniciou com os burgueses por poder econômico e político. Na visão de Manzini-Covre se desenvolveu “juntamente com o capitalismo” e a valorização do trabalho que surgiu no estado burguês liberal (MANZINI-COVRE, 2002, p. 21).

A partir da expectativa inicial de um desenvolvimento econômico, foi principalmente através do Iluminismo com suas ideias liberais que a luta pela igualdade e a universalização dos direitos humanos ganharam força. Consubstanciadas nestes ideais modernos, a autonomia e a liberdade de expressão também promoveram grandes mudanças nos meios de comunicação entre as pessoas.

Sob este prisma, os modernos meios de comunicação têm mudado significativamente não só as interações entre as pessoas, mas também como elas se organizam e atuam no cenário político e social em que vivem.

Diferentemente dos tradicionais veículos como os jornais impressos, o rádio ou a televisão, que hegemonicamente mantinham uma comunicação verticalizada, considerando as diferentes realidades de cada extrato social, as atuais redes sociais digitais permitem uma ação mais plural e horizontal, plasmando uma nova realidade comunicacional, menos rígida e mais interativa. Significa em certa medida uma universalização do ideal aristotélico de cidadania que, através de uma ágora virtual, a pessoa tem a possibilidade de acompanhar a manifestação do outro e principalmente, também tem como se manifestar.

Politicamente analisando, no caso do Brasil, uma república federativa que se constitui em Estado Democrático de Direito, esta forma de organização e participação mais popular através dos meios de comunicação, especialmente as redes sociais virtuais representam uma gradativa apropriação de um “[...]”

quarto poder hoje em vigor: o da imprensa e dos meios de comunicação em geral, fundamentais para a formação da opinião pública no mundo atual” (MANZINI-COVRE, 2002, p. 30).

Esta apropriação representa uma alternativa ao desvio de finalidade do princípio democrático disposto na vigente Constituição de 1988, segundo o qual todo o poder emana do povo que o exerce diretamente ou por meio de seus representantes eleitos. Neste cenário a imprensa e os meios de comunicação mostram-se como importantes instrumentos de acesso à informação e manifestação popular.

Porém, estes instrumentos ainda não estão acessíveis à grande parte da população. A ideia do cidadão conectado e bem informado ainda se restringe a uma pequena parcela da sociedade, normalmente lotada nos grandes centros urbanos. Mesmo que se verifique um aumento gradual no número de pessoas com acesso aos meios tecnológicos de informação e comunicação, ainda assim muitos dos serviços são muito precários. Como prova, basta o usuário se afastar um pouco da região central para que o serviço mostre-se inconsistente e falho.

Ainda que dados oficiais como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostre que nos últimos três meses daquele ano aproximadamente 74,7% dos brasileiros tinham acesso à Internet, não significa dizer que todas estas pessoas tenham à sua disposição um serviço de boa qualidade. Pelo contrário, para a maioria dos internautas o serviço deixa a desejar. Não por acaso, conforme indicam os boletins no site consumidor.gov.br, nos últimos quatro anos, de 2016 a 2019, as operadoras de telecomunicações lideram as reclamações dos usuários em relações de consumo no Brasil.

Contudo, ainda que a implantação da tecnologia no Brasil ande a passos lentos e a realidade dos serviços muitas vezes contradiga os anúncios comerciais, o aumento no número de pessoas que usam meios tecnológicos de informação e comunicação é uma realidade.

Nas regiões onde os serviços de telecomunicações digitais funcionam com mais regularidade, é possível vermos pessoas acompanhando os mais

variados acontecimentos por meio de seus celulares ou computadores e, neste cenário, as redes sociais representam um ambiente comum que permite em certa medida maior participação e interação através de comentários e discussões subsequentes, desdobrando-se numa forma de refletir e agir politicamente.

Nestas condições é este envolvimento das pessoas em diversos assuntos que tornam as mídias sociais virtuais em importantes instrumentos de inclusão e acessibilidade popular nos processos políticos e sociais. Para uma corrente de autores mais otimistas, este cenário representa uma verdadeira democracia digital:

Entendo por democracia digital qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smartphones, palmtops, ipads...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, medias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política. (GOMES; MAIA; MARQUES, 2017, p. 25-26).

Neste sentido, segundo Aline Cristina Pereira dos Santos as plataformas sociais e digitais desempenham um papel colaborativo quando os cidadãos buscam mecanismos e ferramentas de manifestação para suas críticas, monitoramento das ações públicas e participação política. (SANTOS, 2013, p. 4). Esta troca de informações inevitavelmente acaba gerando a opinião pública, que segundo Lemos (2010, p. 85) está sendo forjada em listas de discussões, fóruns, chat rooms, blogs, softwares sociais, microblogs e demais dispositivos de comunicação virtuais.

Para Vicente Coni Junior e Miguel Calmon Dantas trata-se de uma nova dimensão do constitucionalismo contemporâneo, que é o constitucionalismo digital, pelo reconhecimento através da internet do direito à reunião virtual, ensejando uma simbiose entre as ágoras reais e a ágora virtual. (CONI JUNIOR; DANTAS, 2017, p. 45). Não se trata de uma legislação virtual, mas do efetivo de exercício de constitucional do direito à informação, pois por meio das mídias sociais o indivíduo tem amplo acesso a diversos temas, quer sejam de seu único interesse ou coletivo, além de ter a seu dispor mecanismos para exercer seus direitos.

Uma das principais contribuições que as novas tecnologias trouxeram para os cidadãos foi a inclusão de muitos que outrora não dispunham de meios para interagir, conforme Najara Lima (2016, p. 42-43) ao sustentar que as novas tecnologias de comunicação e informação aproximaram os cidadãos antes excluídos dos debates públicos.

Segundo Wilson Gomes a participação política é um dos temas mais tradicionais sobre democracia e são as tecnologias digitais que contribuem para resolver o déficit de participação política gerando um maior “engajamento cívico”. (GOMES; MAIA; MARQUES, 2017, p. 17). Tratando-se principalmente em meio de comunicação, as plataformas digitais utilizadas pela internet alteraram a participação dos cidadãos. Neste sentido, afirma Fabrícia Almeida Vieira que “[...] este deixa de ser apenas receptor e se transforma em um ator ativo no processo comunicativo, o que pode transformar o pensamento social, com cidadãos mais críticos e participativos”. (VIEIRA, 2017, p. 31).

Aduzem Coni Junior e Dantas que ao navegar na internet:

“[...] os direitos fundamentais e os valores constitucionais alcançam rincões em que as pessoas se encontravam até então subjugadas e alijadas do processo político, materializando e efetivando, para além das fronteiras e apesar delas, o direito à informação e a liberdade de expressão, que são condições para a liberdade de reunião e o direito de resistência [...]” (CONI JUNIOR; DANTAS, 2017, p. 57).

No entanto, há outra corrente de autores que não entendem as novas tecnologias como inclusivas, para alguns como Raminelli; Rodegueri e Oliveira (2015, p.78-79), no rol dos direitos da terceira geração, a internet é a principal modificação tecnológica porque está ao alcance do cidadão. No entanto, segundo as autoras, na atual “sociedade da informação”, aqueles que estão à margem desta ferramenta tecnológica acabam sendo excluídos também socialmente.

Corroborando este argumento, para Freire, Carvalho e Nobre (2017, p. 7) a inclusão digital é uma “faca de dois gumes”, pois a vida social, o acesso a informações, conhecimento, serviços públicos através da internet é atualmente uma característica da natureza de cidadania e aqueles que se encontram fora deste cenário, os excluídos digitais, conseqüentemente tornam-se mais excluídos no exercício de suas cidadanias.

Considerando as opiniões dos autores supracitados, alguns mais outros menos otimistas em face da modernidade tecnológica na vida das pessoas, nos parece que cada corrente de pensamento tem um pouco de razão. O que nos parece equivocado é generalizar realidades muito distintas. Não é razoável afirmar que os avanços tecnológicos representam uma nova situação social; seria uma ingenuidade acreditar que os cidadãos brasileiros estão mais conscientes e ativos social e politicamente. Esta é a realidade de uma pequena parcela da sociedade.

O simples acesso à tecnologia não significa contemplar a sonhada emancipação cidadã. Estamos mais próximos de sermos uma “sociedade da indignação”, conforme evocada por Byung-Chul Han (2018, p.11). Impactada por ondas de indignação diante de sucessivos escândalos, não se organiza enquanto comunidade para apresentar uma “estrutura de zelo pela sociedade como um todo”. Assim, o cidadão enraivecido limita-se a zelar por si mesmo.

A realidade do indivíduo digital é diferente das tradicionais organizações em massa. “Falta a ele a *interioridade da reunião*” que produz o sentimento de coletividade, de pertencimento ao “nós”. Ocasionalmente formam aglomerados em prol de algo em comum. Contudo, estas efêmeras organizações se desfazem com a mesma rapidez que se formam. Segundo Han, verdadeiros “exames digitais”.

Em meios a estas manifestações, existe outra questão negativa que também deve ser levantada. Em razão do maior acesso aos meios digitais de informação, paralelamente tem surgido um grande volume de notícias falsas, as conhecidas como *fake news*.

Utilizadas com objetivos específicos, a desinformação por elas provocadas representam uma nova e difícil realidade a ser enfrentada pela sociedade. As chamadas *shitstorms* têm se tornado o centro de grandes discussões acerca de seu uso como forma de manipulação e controle social.

Nisto também consistem algumas pesquisas que levam Wolton a afirmar que as pessoas são o que mais importa no processo de comunicação, haja vista a tecnologia ser apenas instrumento.

Neste sentido, diante da atual realidade tecnológica em que nos encontramos, para que possamos ter subsídios que nos permitam compreender um pouco melhor sobre a importância das pessoas na

comunicação, passemos a analisar algumas das principais obras de Freire e Wolton.

3 A COMUNICAÇÃO SEGUNDO PAULO FREIRE

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 na cidade de Recife, em Pernambuco, onde viveu seus primeiros 10 anos de vida. Segundo Ana Maria Araújo Freire, foi neste local que Paulo:

Começou a leitura da palavra, orientado pela mãe, escrevendo palavras com gravetos das mangueiras, à sombra delas, no chão do quintal da casa onde nasceu, na Estrada do Encanamento, 724, no bairro da Casa Amarela, como tanto gosta de lembrar e de dizer (FREIRE, 1996, p. 28).

Em 1937 ingressou no Colégio Oswaldo Cruz, onde completou os últimos sete anos de estudos secundários, incluindo o curso pré-jurídico, e aos vinte e dois anos ingressou na Faculdade de Direito do Recife.

Antes de se formar no Colégio Oswaldo Cruz, tornou-se professor de língua portuguesa. Depois de formado permaneceu lecionando nessa escola. Concomitantemente também era professor de Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1947, foi nomeado diretor do setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI):

Aí teve contato com a educação de adultos/trabalhadores e sentiu o quanto eles e a nação precisavam enfrentar a questão da educação e, mais particularmente, da alfabetização. Freire ocupou o cargo de Diretor desse setor do SESI de 1947 a 1954 e foi Superintendente do mesmo de 1954 a 1957 (FREIRE, 1996, p. 33).

Em 1955, junto com outros educadores como Raquel Castro, fundou em Recife o Instituto Capibaribe, uma escola privada que atraiu muitos intelectuais da época. Esta instituição é conhecida até hoje pelo seu alto nível de ensino voltado para a consciência democrática.

Em 1956, Freire foi nomeado para o Conselho Consultivo de Educação do Recife. Posteriormente, em 1959, prestou concurso, defendendo a tese “Educação e atualidade brasileira”. Obteve o título de doutor em Filosofia e História da Educação. Com este título, foi nomeado professor efetivo de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife, tomando posse em 1961, mesmo ano em que foi

designado para o cargo de diretor da Divisão de Cultura e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife.

No ano seguinte, em 1962, na mesma Universidade do Recife, Freire também tomou posse como Livre-Docente da cadeira de História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes. Já em 1963, foi um dos quinze escolhidos e nomeados pelo governador para compor o pioneiro Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Esta escolha tinha por parâmetro indicar pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação e cultura em Pernambuco.

Foi também no ano de 1963 que, junto de uma equipe de 21 educadores voluntários, Freire teve a oportunidade de colocar em prática seu experimento de alfabetização popular que constituiriam sua reconhecida metodologia de ensino. A iniciativa conhecida como “Revolução de Angicos” foi aplicada nessa cidade do sertão do Rio Grande do Norte. À época, com aproximadamente 13 mil habitantes, Angicos era “[...] uma cidade típica do Rio Grande do Norte onde mais de 75% por adultos vivem e morrem na pobreza e no analfabetismo, e entre os restantes, grande parte só sabe ferrar o nome na hora de votar, incapaz de ler o que escreveu [...]” (PAULO FREIRE, 2020).

A experiência tinha como meta alfabetizar em 40 horas 300 trabalhadores rurais adultos. Entretanto, o objetivo não era somente ensinar a ler e escrever, mas também estimular a reflexão política e filosófica.

Após um contato prévio com os participantes, quando estudou suas histórias de vida e o contexto em que os aprendizes estavam inseridos, Paulo Freire desenvolveu um método de alfabetização tendo como referência as experiências de vida de cada educando. Ao invés de utilizar cartilhas de ensino tradicionais, partiram da codificação fonética das chamadas “palavras geradoras”, isto é, palavras familiares e conhecidas destes indivíduos, como por exemplo, “terra”, “colheita”, entre outras.

O método freireano de alfabetização é desenvolvido em três etapas que são elaboradas e executadas ativamente por educador e educando. Na primeira, ocorre uma pesquisa sociológica. Chamada de etapa de investigação, buscam-se palavras e temas dentro do universo vocabular do educando, dos modos de vida e costumes da região onde vive. Na segunda etapa, denominada de tematização, ocorre a seleção das palavras e temas geradores

que são codificados através de imagens. Para a terceira etapa, chamada de problematização, sob a mediação do professor os educandos discutem reflexivamente sobre as palavras e temas geradores, decodificando seus significados sociais. São incentivados a expressar como interpretam estas palavras e temas e qual a relação das mesmas em suas vidas.

Ao dialogar com seus pares, os educandos passam de uma visão mais ingênua e mágica para algo mais crítico, percebendo aspectos até então imperceptíveis. Desta forma, segundo a metodologia de ensino freireana, ocorre a politização dos educandos que se sentem mais confiantes e estimulados a analisar problemas mais abrangentes e extensíveis nas esferas regionais e nacionais. O projeto ficou conhecido como “Quarenta horas de Angicos”.

Entretanto, a prática freireana foi considerada por muitos conservadores como subversiva, pois a exemplo das aulas de extensão política (aula de politização), os educandos também participavam atividades como a leitura de artigos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Contudo, com os impressionantes resultados obtidos em Angicos, no mesmo ano, Paulo Freire foi convidado pelo então presidente João Goulart e pelo ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, para ampliar o projeto em nível nacional.

O objetivo era a multiplicação, por todo o país, dos chamados “Centros de Cultura”, a partir de uma experiência piloto que deveria abranger toda a população analfabeta de Brasília. De início, criou-se uma “Comissão Nacional de Cultura Popular” (Portaria nº. 195, de 08.07.63), com a incumbência de formular um “Plano Nacional de Alfabetização”. E para desenvolver experiências coordenadas de alfabetização, na capital da República, foi criada uma “Comissão Regional de Cultura Popular do Distrito Federal” (Portaria nº. 235, de 29.07.63) (SANTOS, 1996, p. 176).

Porém, com a tomada do poder pelas forças armadas por meio de um golpe em 1964, em 14 de abril do mesmo ano, ou seja, duas semanas após o presidente João Goulart ser deposto, todos os trabalhos foram interrompidos e o programa foi extinto pelo Decreto nº. 53.886. Dois dias depois, em 16 de julho, acusado de traidor e subversivo, Freire foi levado à prisão e entre as cadeias de Recife e Olinda permaneceu preso por mais de 70 dias. Após a saída da prisão:

Por duas vezes, em Recife, Paulo Freire foi obrigado a vir ao Rio de Janeiro responder a inquérito policial-militar. Sentindo-se ameaçado, asilou-se na embaixada da Bolívia e partiu para aquele país em setembro de 1964 [...] Tendo partido de São Paulo, sob a guarda e proteção do próprio Embaixador da Bolívia, para esse país vizinho, que o acolheu generosamente, sentiu em La Paz sua saúde abalada devido à localização alta desta cidade que fica no cume das montanhas dos Andes. Mas foi o golpe de Estado na Bolívia, ocorrido pouco tempo depois de sua chegada, que o levou ao Chile. Em Santiago, ao lado de sua família, iniciou, como tantos outros brasileiros que no Chile tiveram asilo político, uma nova etapa de sua vida e de sua obra. Neste país viveu de novembro de 1964 a abril de 1969, trabalhando como assessor do Instituto de Desarrollo Agropecuario e do Ministério da Educação do Chile e como consultor da UNESCO junto ao Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria do Chile (FREIRE, 1996, p. 42).

No ano de 1967, durante o exílio chileno, publicou no Brasil seu primeiro livro, *Educação como Prática da Liberdade*. Baseado em sua própria na tese desenvolvida em 1959, *Educação e Atualidade Brasileira*, a ótima aceitação desta obra em grandes círculos intelectuais lhe rendeu um convite para ser professor visitante da Universidade Harvard em 1969.

Morou com sua família em Cambridge, nos EUA, de abril de 1969 a fevereiro de 1970, onde como professor convidado na Universidade de Harvard ministrou aulas sobre suas próprias reflexões no Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Transformação Social. Em seguida, mudou-se para Genebra, na Suíça, para ser consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Foi consultor por dez anos e durante este período:

A serviço do Conselho, “andareilhou”, como gosta de dizer, pela África, pela Ásia, pela Oceania e pela América, com exceção do Brasil – para sua tristeza –, e ajudava, principalmente, os países que tinham conquistado sua independência política a sistematizarem seus planos de educação. Cabo Verde, Angola e sobretudo Guiné-Bissau o conheceram por este seu trabalho quando se empenhavam nos anos 60 para livrar-se das garras do colonialismo, para extirpar os resquícios do opressor que tinha feito de muitos dos corpos negros africanos cabeças brancas de portugueses de além-mar. Esses povos queriam e precisavam se libertar da “consciência hospedeira da opressão” para se tornar cidadãos de seus países e do mundo. Freire os assistiu nesta difícil tarefa (FREIRE, 1996, p. 42-43).

Durante sua morada na Suíça, Paulo Freire também foi professor de Educação na Universidade de Genebra. Em junho de 1979, recebeu seu primeiro passaporte brasileiro e, sob o clima da anistia política brasileira

sancionada pela Lei 6.683/1979, de 28 de agosto de 1979, naquele mesmo fim de agosto voltou ao Brasil. Aceitando ser professor da PUC-SP, retornou à Europa para organizar sua volta definitiva ao Brasil, que ocorreria em junho de 1980. Após as pressões de estudantes e alguns professores, em setembro de 1980, Freire tornava-se professor da Universidade de Campinas – UNICAMP, instituição onde lecionou até o final de 1990.

Entre 1989 e 1991 exerceu o cargo de secretário de Educação na cidade de São Paulo. Também em 1991 foi fundado em São Paulo do Instituto Paulo Freire, local que, além de manter os arquivos do educador, realiza atividades relacionadas a seu legado. Paulo Freire faleceu em dois de maio de 1997.

Em 2009, no Fórum Mundial de Educação Profissional realizado em Brasília, por meio do Ministério da Justiça, Estado Brasileiro fez o pedido de perdão *post mortem* à viúva e à família do educador. No ano de 2012, através da lei nº 12.612, é declarado Patrono da Educação Brasileira. Considerado um dos pensadores mais relevantes na história da pedagogia, Freire recebeu diversos prêmios e títulos no Brasil e no exterior, sendo o brasileiro que mais recebeu títulos de doutorados *honoris causa*.

O humanista Paulo Freire acreditava que por meio da dialética era possível despertar a consciência do indivíduo que, sabendo então ser um inconcluso, tem na comunicação interativa sua transformação emancipadora. Neste sentido, para o autor brasileiro, faz-se necessária uma educação *didascante*, isto é, o educador deve desenvolver um ciclo gnosiológico em que ensinar, aprender e pesquisar devem ser práticas indicotomizáveis na produção de novo conhecimento (FREIRE, 1996, p. 15).

É preciso que o educador esteja aberto e consciente de que ele também está em permanente formação. Seus conhecimentos acumulados devem servir de base na constante formatação do método de ensinar. Para tanto, a pesquisa é fundamental para o educador, pois enquanto busca atualizar-se em sua didática de ensino, também assume o papel de *discente*. Caso contrário, se o educador permanecer estagnado a uma imutável metodologia de ensino, muito provavelmente estará praticando o que Freire chamou de ensino “bancário”. Esse formato de ensino, engessado, era duramente criticado e recusado por Freire. Para ele, o educador deve estimular um aprendizado crítico, capaz de

transformar o ser humano em um sujeito democraticamente emancipado (FREIRE, 1996, p. 14).

Neste diapasão, para Freire, a educação tem um papel fundamental no processo democrático da emancipação humana. Segundo o autor, é a partir da educação que a pessoa oprimida pelo sistema dominante desenvolve uma consciência sobre si e sobre o contexto social. Nesta perspectiva, para o educador brasileiro havia a necessidade de substituir a então vigente metodologia educacional de ensino por outra com características mais humanitárias e principalmente com procedimentos mais dialógicos. O ensino “bancário” devia ceder lugar a uma metodologia que respeitasse a realidade do educando, por meio de uma didática mais próxima das necessidades locais, ouvindo e dando voz ao educando, estabelecendo um diálogo na construção de programas que efetivamente atendam os objetivos educacionais.

Trazendo uma perspectiva sobre a interação humana, o autor direcionou seus estudos especialmente quanto à relação pedagógica entre educador e educando. Freire acreditava que a prática de uma educação em massa, com diretrizes generalistas e verticalizadas, oprimia e limitava o educando a um mero depósito de conteúdo fadado à repetição.

Apesar de haver apenas um único livro, *Extensão ou Comunicação?*, em que Freire trata diretamente sobre o tema da comunicação, o desenvolvimento de suas ideias a partir da educação impactaram significativamente a teoria comunicacional. Segundo Antônio Carlos Hohlfeldt, “[...] Foi a partir de uma preocupação pedagógica que Paulo Freire aproximou-se da teorização em torno da comunicação”. (HOHLFELDT, 2009, p. 97).

Neste sentido, Venício Artur de Lima sintetiza a comunicação segundo Freire em quatro pontos: o primeiro diz respeito a que a comunicação é própria da natureza humana. O segundo trata da comunicação como diálogo enquanto “compromisso político com a mudança revolucionária na perspectiva dos oprimidos”. No terceiro, significa uma ação cultural voltada para a liberdade. O quarto e último ponto se refere à comunicação dialógica (LIMA, 2011, p. 103).

De acordo com Carlos Crespo Burgos, partindo do princípio de que a comunicação transforma essencialmente as pessoas em sujeitos, Freire formulou sua proposição segundo a qual a educação constitui um processo de comunicação gerada por meio de relações dialéticas entre as pessoas e o

mundo. (BURGOS, 1996). Para Freire, é somente através de um diálogo horizontal, baseado numa relação de igualdade, que as pessoas podem refletir sobre si mesmas e os contextos em que se encontram e a partir desta estética desenvolver uma consciência crítica de ação e transformação de suas realidades. Por outro lado, segundo o autor, em caso de ausência de diálogo, um dos pilares do pensamento freireano, a comunicação verticalizada resulta tão somente em uma relação entre opressores e oprimidos.

Nesta lógica, com o objetivo principal de “dar voz” aos oprimidos por meio do sistema educacional, Freire propõe uma ação cultural libertadora, uma nova pedagogia. Contudo, a ideologia libertária do educador pernambucano se tornaria um problema ao *establishment* e viria a adquirir uma dimensão política com todas as suas consequências. Buscando estabelecer uma reflexão sobre o diálogo como base para a ação consciente e caminho para o bom convívio social, Freire sentiu na própria pele o peso da opressão. Suas ideias que até determinado momento eram vistas como soluções adequadas e necessárias para um novo modelo de sistema de educação, por motivos políticos se tornaram causa de sua condenação em prisão e exílio.

Durante o exílio, em 1968, Freire escreveu sua obra *Pedagogia do Oprimido*. Manuscrito em português, o livro foi publicado primeiramente em inglês e espanhol, em 1970.

3.1 Pedagogia do oprimido

De acordo com o diretor do Instituto Paulo Freire, Moacir Gadotti, *Pedagogia do Oprimido* é considerada a “principal obra” do autor brasileiro. (FREIRE, 1996, p.19).

Segundo uma pesquisa realizada em 2016 por Elliott Green, professor associado da *London School of Economics*, de acordo com o *Google Scholar*, ferramenta de pesquisa para literatura acadêmica lançada em 2004, a obra *Pedagogia do Oprimido (1968)* de Paulo Freire figurava como a terceira mais citada do mundo em trabalhos acadêmicos na área de ciências sociais (GREEN, 2016).

A partir de uma reflexão sobre as relações humanas, o texto que já foi traduzido para diversas línguas tem como característica principal a defesa de

uma proposta pedagógica dialógica como forma de emancipação do indivíduo por meio do pensamento crítico.

De fato, aparecida em Nova York, em setembro de 1970, a Pedagogia começou imediatamente a ser traduzida a várias línguas, gerando curiosidades e críticas favoráveis, umas; desfavoráveis, outras. Até 1974, o livro tinha sido traduzido ao espanhol, ao italiano, ao francês, ao alemão, ao holandês e ao sueco e tinha sua publicação em Londres, pela Penguin Books. Esta edição estendeu a Pedagogia à África, à Ásia e à Oceania (FREIRE, 1992, p. 120).

Para o educador brasileiro, o diálogo é imprescindível para que se respeite a individualidade e conseqüentemente a organização coletiva que por seu lado deve pressupor o respeito às diferenças. Segundo a proposta freireana, somente um processo educacional dialógico e humanitário, respeitando a realidade de cada pessoa, seria capaz de promover a reflexão contextual necessária para mudar esse quadro. Por outro lado, a obra também propõe ao leitor refletir sobre contextos sociais ligados à educação e comunicação em massa, enquanto mecanismos antidialógicos de dominação e poder.

A partir da crítica à sociedade composta estruturalmente por duas classes, chamadas por ele de opressora e oprimida, Freire sugere enfaticamente que a educação dialógica e a comunicação horizontalizada são condições necessárias na construção de uma conscientização que deve vir associada de uma subsequente ação transformadora. Não obstante, o autor desenvolve duas perspectivas sobre esta mudança. Segundo ele, existem dois caminhos, isto é, a revolução e a contradição. No caminho da revolução existe o risco de simplesmente haver uma inversão de posições, quando ex-oprimidos tornam-se então novos opressores e vice-versa. Já o caminho da contradição implica a consciência, quando o opressor se reconhece como o tal e o oprimido consegue vê-se subjugado por outro. Neste caso, o processo de liberdade deve ser praticado e sentido por ambos.

Nesta lógica, em se tratando de comunicação, além de objetivamente possibilitar a troca de mensagens, subjetivamente também representa o meio pelo qual a pessoa pode analisar sua vida e o contexto em que vive a partir do outro. O desenvolvimento de uma consciência crítica sobre sua real situação existencial significa romper as correntes da injustiça impostas por seus

opressores que veem esta conquista de autonomia como um “fanatismo destrutivo”. Contrariando esta afirmação, segundo Freire, “[...] a conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação” (FREIRE, 1987, p. 12).

Poder se comunicar significa emergir da sectarização, que “é sempre castradora” da inquietação libertadora (FREIRE, 1987, p. 13), é condição *sine qua non* no processo de humanização. Por outro lado, quando aqueles que detêm o controle dos meios de comunicação dificultam ou a impedem, acabam por roubar a palavra das pessoas e assim assumem a posição de opressores.

Neste sentido, a questão da comunicação está intrinsecamente ligada com a conclusão a que Freire chegou por meio de sua obra com viés humanista e libertário, quando indicou que seria uma contradição o próprio opressor praticar uma pedagogia libertadora. Seguindo esta linha de raciocínio, considerando os diversos meios de comunicação disponíveis, podemos concluir que uma verdadeira liberdade de comunicação e expressão somente se efetivará se as pessoas puderem praticá-la sem o controle e a dominação dos detentores dos meios de comunicação que gerenciam o que Castells chama de “fluxos”. (CASTELLS, 1999).

Assim como na pedagogia opressora, quando alguns, na hipocrisia de sua benevolência, de maneira antidialógica exploram os meios de comunicação e determinam o *modus operandi* imposto à sociedade, estão ferindo “[...] a ontológica e histórica vocação dos homens – a do ser mais” (FREIRE, 1987, p. 23). Quando Freire descreve sobre o sistema de opressão, na chamada “teoria da ação antidialógica”, ele enumera quatro características utilizadas para a realização da dominação. A primeira é a conquista, método pelo qual o opressor impõe sua cultura sobre o oprimido. Neste contexto, o oprimido alienado é convencido que vive num mundo mítico, estático, portanto, deve ajustar-se a ele. A segunda é dividir as massas para manter o poder, pois “não se podem dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares, que significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia” (FREIRE, 1987, p. 79).

Então, os opressores pulverizam qualquer manifestação de união por parte dos oprimidos, pois não lhes é interessante que se organizem e

consequentemente se fortaleçam. Ainda assim, para manter o oprimido alienado e controlar qualquer aspiração de organicidade, os opressores estrategicamente escolhem e indicam líderes entre a comunidade dominada, para que aparentemente haja a impressão de representatividade dos oprimidos, quando na verdade estes selecionados são usados como instrumentos de manejo da comunidade.

Nisto muito se parece com a terceira característica apontada por Freire, a manipulação, pela qual as elites dominadoras vão convencendo e controlando as massas oprimidas através de pactos que sugerem a possibilidade de ascensão social. Instigando a ideia do êxito social através de mais trabalho, a aristocracia hegemônica mantém a grande massa popular anestesiada e passiva. E por último, a invasão cultural, uma invasão no contexto cultural dos invadidos, com a imposição da visão de mundo do opressor. Esta característica pressupõe a desvalorização à cultura dominada e ações que inibam sua criatividade.

É importante, na invasão cultural, que os invadidos vejam a sua realidade com a ótica dos invasores e não com a sua. Quanto mais mimetizados ficarem os invadidos, melhor para a estabilidade dos invasores. Uma condição biônica ao êxito da invasão cultural é o convencimento por parte dos invadidos de sua inferioridade intrínseca. Como não há nada que não tenha seu contrário, na medida em que os invadidos vão reconhecendo-se “inferiores”, necessariamente irão reconhecendo a “superioridade” dos invasores. Os valores destes passam a ser a pauta dos invadidos. Quanto mais se acentua a invasão, alienando o ser da cultura e o ser dos invadidos, mais estes quererão parecer com aqueles: andar como aqueles, vestir à sua maneira, falar a seu modo (FREIRE, 1987, p. 87).

Em certa medida, a obra *Pedagogia do Oprimido*, escrita durante o período em que estava exilado no Chile, pode ser interpretada como um desabafo do conjunto de fatores e experiências vividas pelo próprio autor. Uma tentativa de expor seu incômodo com o sistema de educação e comunicação predominante e a apresentação de uma alternativa mais democrática.

E foi justamente ao analisar o problema na comunicação entre técnicos e camponeses na sociedade agrária chilena que Freire escreve sua obra *Extensão ou Comunicação?*

3.2 Extensão ou comunicação?

Contratado pelo governo chileno para o cargo de assessor de Jacques Chonchol no Instituto de Desarrollo Agropecuario, Freire desenvolveu um trabalho de educação popular, o que eles chamavam de *Promoción Humana*. Como havia um empenho do Ministério da Educação chileno em promover a alfabetização de adultos também na área rural, a assessoria de Freire foi requisitada para capacitar os primeiros quadros técnicos junto ao Instituto chamado “Corporação da Reforma Agrária”, concomitantemente Freire era Consultor da UNESCO junto ao Instituto de Capacitación y Investigación en reforma Agraria de Chile.

Das experiências no programa de alfabetização de adultos na área rural chilena, Freire escreve *Extensão ou Comunicação?* Com título original ¿Extención o comunicación?, Freire analisa a ação educativa exercida por agrônomos educadores junto aos camponeses chilenos. Os primeiros são chamados de “*extensionistas*”, uma nomenclatura equivocada, segundo o autor (FREIRE, 2001, p. 8).

Tomando a conscientização do ser humano e o espaço social que ocupa como centro da reflexão, o educador brasileiro propõe uma discussão interdisciplinar entre a prática educacional e a técnica laboral. Para isto, inicialmente Freire submete a palavra extensão a uma análise crítica, indicando ao leitor que, em seu estudo, o conceito de extensão diz respeito ao ato de o profissional estender seus conhecimentos e suas técnicas para outras pessoas. Contudo, esta prática não deve tornar-se uma propaganda persuasiva e domesticadora. É preciso respeitar a liberdade dos camponeses. Enquanto educador “[...] sua tarefa corresponde ao conceito de *comunicação*, não ao de *extensão*”, desta feita, segundo Freire, ocorre um “equivoco gnosiológico da extensão” (FREIRE, 2001, p. 15).

Para o autor brasileiro, quando o agrônomo-educador estabelece uma relação permanente com os camponeses, seu objetivo principal deve ser tentar fazer com que aqueles substituam suas formas empíricas de enfrentar a natureza por formas técnicas adquiridas por meio de conhecimentos científicos – não como uma educação com conotação mecanicista, extensiva e domesticadora, mas como prática da liberdade através da troca e compartilhamento de experiências ou conhecimentos que resultem em

reflexões sobre a realidade de cada grupo, ou seja, somente por meio do diálogo entre sujeitos que reciprocamente respeitam as autonomias uns dos outros. O trabalho do educador deve ser dialógico de modo que crie condições para que o sujeito possa sair da *doxa* (opinião, percepção ingênua das coisas) para o *logos* (verdadeiro saber), síntese esta que advém da mistura entre o próprio saber e os conhecimentos externos compartilhados pelo educador/comunicador.

Pois é próprio do ser humano enquanto corpo consciente em constantes relações com o outro e com o mundo gerar através da dialética um conhecer solidário como agir e vice-versa (FREIRE, 2001, p. 65). Seguindo esta linha de raciocínio, segundo Giddens (2002), trata-se de uma característica da modernidade o ser humano pensar sobre si mesmo, numa relação permanente de transformar-se e transformar o que está em seu contorno. Este agir sobre si e sobre o mundo “não é apenas natureza porque é cultura e história”. (FREIRE, 2001, p. 30).

Entretanto, enquanto cultura, se transmitida de maneira autoritária e antidialógica, torna-se mera “invasão cultural” (FREIRE, 2001, p. 31).

Dito de outra maneira, não invadir a história e a cultura da pessoa é respeitar sua realidade e seu passado. O espaço agrário analisado pelo autor também tem sua história e características particulares. Logo, ignorar a cultura regional pela supressão de saberes e valores historicamente adquiridos pela comunidade local, impondo verticalmente conteúdo externo, pode resultar em flagrantes equívocos operacionais e resultados inadequados.

Toda invasão, explica Freire, sugere um sujeito que, a partir de seu espaço histórico-cultural, através de uma relação autoritária e antidialógica, descaracteriza a cultura do outro e superpõe sua visão de mundo, reduzindo-o a objeto de sua ação. Neste cenário, somente o invasor atua, manipulando o invadido para que tenha a falsa ilusão de atuar através de seu invasor, explorando o emocional do sujeito, através de propagandas e slogans, o invasor o conquista e o domestica (FREIRE, 2001, p. 32-33).

Deste modo, o título da obra de Freire diz respeito à própria forma de integração do educador social junto aos camponeses. Para o autor, o próprio termo extensão já evidencia um erro na proposta educacional – considerada por ele invasiva e autoritária. Quando o educador tem nesta prática a extensão

de seu conhecimento, significa dizer que procurará colocar forçosamente em prática seu conhecimento teórico, reduzindo os camponeses a simples cobaias em seus experimentos. Noutra vértice, este educador social deveria procurar estabelecer uma comunicação horizontal com os agrários, uma junção de saberes em prol de melhores resultados.

A educação pressupõe viver uma relação respeitosa e dialógica, enraizada na permanente experiência da transitoriedade humana. Uma positiva troca de saberes pela comunicação. Por outro lado, a extensão representa a manipulação, o caminho de domesticação – certa inferiorização daquele que tem seu conhecimento e história ignorados pelo antialogismo. Contudo, Freire era muito claro em afirmar que a educação representa o caminho da mudança.

3.3. Educação e mudança

As experiências vividas por Freire durante o exílio restaram fundamentais na consolidação de sua obra. Sua autodeterminação em trabalhar a favor da educação pode ser comprovada por meio de suas obras e em sua própria história de vida. Para o autor, promover uma educação crítica é fundamental para as mudanças sociais democráticas. Logo, *Educação e Mudança* é fruto deste princípio e das experiências de vida do educador pernambucano.

Neste texto, Freire argumenta que, assim como ocorre com as plantas e outros animais, o núcleo da natureza humana está em seu estado de permanente mudança – em inconclusão. Entretanto, no caso do ser humano, tendo ciência desta condição de ser incompleto e de sua transitoriedade temporal, reflete sobre si e se educa. Por sua vez, a educação se traduz numa busca permanente de maior consciência sobre si. Contudo, a busca não deve ser solitária, mas deve ser em comunhão, afinal “o homem não é uma ilha. É comunicação” (FREIRE, 1979, p. 14).

Sabendo que estamos todos nos educando constantemente, este processo de aprendizado deve ocorrer numa relação de respeito e amor, sem imposição. “O amor é uma intercomunicação íntima de duas consciências que se respeitam.” (FREIRE, 1979, p.15). Respeitando-se o ímpeto criador do ser humano e estimulando nele uma consciência reflexiva, este, enquanto sujeito

cognoscente que não se limita a adaptar-se à realidade, terá melhores condições de transformá-la. Quando engajado, transformando a si mesmo e a sociedade em que vive, o indivíduo é em seu tempo um ser histórico, confundindo-se em criador e criatura. Caso contrário, ao acomodar-se passivamente à propaganda ideológica, política ou comercial que se lhe apresentam, será reduzido a um simples objeto de manipulação. Afinal, “quanto mais o homem é rebelde e indócil, tanto mais é criador, apesar de em nossa sociedade se dizer que o rebelde é um ser inadaptado” (FREIRE, 1979, p.17). Nisto consiste o cerne de uma educação ou uma comunicação libertária.

Segundo Freire, a educação deve promover a conscientização da pessoa, pois a escola não é e não deve representar um local separado da sociedade ou uma fase apartada do contexto social na vida das pessoas. Pelo contrário, a educação deveria ser uma atividade constante durante a vida da pessoa como forma de permanente aprendizado.

Seguindo esta linha de pensamento, Freire diz que a capacitação contínua do ser humano é um compromisso com sua própria natureza humana, pois sabendo que é um ser em permanente construção, a educação significa o modo de refletir e aprender. Todavia, a educação não deve tentar adaptá-lo ao meio, deve sim estimular sua conscientização reflexiva, seguida de ação transformadora e criativa. Para isto, é fundamental que o educador esteja voluntária e conscientemente comprometido com sua a educação assim como com a sociedade.

Sendo o humano um ser de práxis, o mundo transformado por ele tem nas estruturas sociais uma obra naturalmente humana. Nesta realidade, ao transformar a sociedade, o educador desempenha um importante papel em sociedade. Chamado por Freire de “trabalhador social”, esta pessoa não pode ser neutra frente ao mundo, devendo escolher entre a pedagogia libertária e humanizatória ou a permanência do dominante opressor. Optando pela primeira, seus métodos e técnicas promoverão as mudanças naturalmente vocacionais do ser humano, isto é, tomar ciência de sua condição de agente transformador de sua realidade histórico-cultural. Promovendo a comunicação, este trabalhador centraliza seus esforços em desmistificar o *status quo*, identifica-se como apenas um dos vários agentes de mudança na estrutura social.

4 A COMUNICAÇÃO SEGUNDO DOMINIQUE WOLTON

Dominique Wolton nasceu em 1947 na cidade de Douala, nos Camarões, então colônia francesa. Formado em direito pelo Instituto de Ciências Políticas de Paris, doutor em Sociologia, atualmente vive em Paris onde é diretor de pesquisa do CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica), no qual dirige o Laboratório de Comunicação e Política. Fundador da revista *Hermès, Cognition Communication Politics*, é diretor desde a sua criação em 1988; ele também dirige a coleção *Communication* nas CNRS Editions (desde a sua criação em 1998). É membro do Conselho de Administração do Grupo France Télévision e da France 2, membro da Comissão francesa da UNESCO e presidente do Conselho de Ética Publicitária.

Autor de obras traduzidas para outros idiomas como inglês e português, Wolton se tornou um palestrante internacionalmente reconhecido sobre o tema da comunicação e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Para adentrarmos na interpretação que Wolton faz sobre comunicação, partiremos de sua obra *Pensar a comunicação* (1999). Publicado originalmente em 1997, o livro *Penser la communication* é considerado uma síntese das ideias e pontos de vista que o autor tem sobre grandes temas como comunicação e sociedade.

Como resultado de mais de vinte anos de estudos com foco na sociedade europeia, Wolton se propõe a “preservar o ideal da comunicação no momento em que a sua instrumentalização triunfa”, pois à medida que a comunicação tem se tornado o centro das atenções em áreas como economia e política, em certa medida tem se perdido sua razão de existir, isto é, proporcionar conhecimento (WOLTON, 1999, p. 4).

Segundo Wolton, atualmente a ideia de comunicação está misturada a interesses e ideologias fiéis ao modelo democrático ocidental. Assim, o pesquisador apresenta algumas perguntas:

Como salvar uma certa ideia da comunicação ligada à ideia de partilha e de compreensão, quando ela é invadida pelos interesses e pelas ideologias? Como pensar as relações entre indivíduos numa sociedade dominada por uma panóplia de técnicas cuja interactividade é tida por comunicação? Como conciliar o

individualismo dominante com o desafio das nossas sociedades que é, pelo contrário, o de manter os laços da coesão social e do "estar juntos"? Como preservar a relação com o outro numa sociedade aberta, onde a circulação é tal que o outro, tornado omnipresente, se revela mais ameaçador do que desejável? Como explicar que quanto mais comunicação houver, mais necessário se torna reforçar as identidades, que ontem eram um obstáculo à comunicação e que hoje em dia se tornam uma das suas condições essenciais? (WOLTON, 1999, p. 5-6).

Para o autor, estas questões surgem do sentimento de mal-estar que nasce em razão da comunicação mais hegemônica. Simultaneamente aos avanços sociais e com o atual triunfo da instrumentalização da comunicação, o que deveria servir como "orgulho legítimo" enquanto meio de intercâmbio cultural, nas mãos das indústrias culturais, ambigualmente tem se tornando um instrumento esmagador das culturas minoritárias (WOLTON, 1999, p. 8).

Neste sentido, para fortalecer as culturas minoritárias é necessário valorizar a dimensão humanista na comunicação. Restabelecer o equilíbrio na dinâmica que Wolton chama de "dupla hélice da comunicação", isto é, uma mistura constante entre duas formas de comunicação, a normativa e a funcional. A primeira promove a emancipação humana por meio da compreensão mútua e intercâmbio direto; a segunda, mais técnica, visa atender majoritariamente as necessidades de comunicação que desenvolvam os fluxos administrativos e financeiros (WOLTON, 1999, p. 25).

Porém, segundo o sociólogo, a forma mais instrumental de comunicação tem suprimido sua dimensão mais humanista. Desta feita, Wolton trabalha para "salvar" a comunicação em sua essência primária. Para tanto, afirma que desde sempre a comunicação comporta estas duas dimensões, normativa e funcional, sendo que a segunda não basta para anular a primeira, pois esta representa a razão daquela (WOLTON, 1999, p. 13).

Sob o discurso da modernização, a comunicação vem sendo instrumentalizada e utilizada como forma de controle social. Considerando que a comunicação é fundamental para a manutenção do equilíbrio social, ancorado na antropológica capacidade crítica do ser humano, Wolton acredita que através da comunicação pode até existir certo domínio social, mas não a total alienação humana (WOLTON, 1999, p. 13).

Esta mesma liberdade crítica pressupõe a impossibilidade de uma comunicação perfeita. Significa dizer que ainda que a tecnologia aproxime as

peças e facilite a interação entre elas, seria uma utopia pensar em uma comunicação perfeita, pois existe um limite, qual seja, o outro ser humano e toda sua individualidade (WOLTON, 1999, p. 15).

Elemento fundamental da modernidade, a comunicação tem se tornado onipresente na vida em sociedade. Ainda que as modernas técnicas de comunicação representem maior aproximação e universalização entre as pessoas, permanece viva a essencial aspiração humana de manter suas características críticas e individuais.

Neste sentido, Wolton afasta-se da hipótese central da escola de Frankfurt que vê "[...] na ascensão dos grandes grupos de comunicação, a prova de uma instrumentalização desta e de sua alienação nas categorias de domínio econômico e da influência ideológica." Para o autor, "há sempre uma escolha possível [...]" (WOLTON, 1999, p. 32). Para Wolton faz-se necessário retomar a consciência do papel fundamental da comunicação, de sua essência. É preciso salvá-la do discurso soberbo que sua importância está em sua funcionalidade técnica.

Incomodado com este desvio do ideal normativo que a fundamenta, pergunta do autor: "Como salvar a dimensão humanista da comunicação quando triunfa a sua dimensão instrumental?" (WOLTON, 1999, p. 9). A resposta a esta pergunta está em sua obra, *É preciso salvar a comunicação* (2006).

4.1 É preciso salvar a comunicação

Segundo o sociólogo francês, para salvar a comunicação, a solução é justamente preservar sua dimensão humanista, pois "o essencial da comunicação não está no lado das técnicas, dos usos ou os mercados, mas do lado da capacidade de ligar ferramentas cada vez mais performáticas a valores democráticos [...]" (WOLTON, 2006, p. 10). Valores que fundamentam o movimento de emancipação social, político e cultural que norteia grande parte da população mundial nos últimos dois séculos, especialmente a civilização ocidental.

Entretanto, esta comunicação emancipatória não é uma realidade. Concentrar esforços na expansão técnica não representa necessariamente

melhorar a comunicação. Em alguns casos resultam no efeito contrário, a burocracia técnica torna-se uma espécie de barreira que suprime a dimensão humanista no processo de comunicação. Neste sentido, segundo Wolton, “Nossas sociedades não podem mais ignorar uma reflexão fundamental relativa ao estatuto da comunicação. Esta questão é política, muito antes de ser técnica ou econômica.” (WOLTON, 2006, p. 11).

É justamente por parecer tão natural e cotidiana que a comunicação carece de uma reflexão mais aprofundada. Para muitas pessoas, quando se fala sobre comunicação, elas automaticamente associam o termo às ferramentas tecnológicas. Neste sentido, atualmente o telefone móvel é o objeto que melhor representa esta realidade. Em muitos casos, o telefone celular é o principal meio de comunicação. Possuir um telefone celular dá ao indivíduo certa sensação de autonomia.

Por sua vez, em uma sociedade tecnológica, estar conectado significa mais interação. E a possibilidade de ampliar as fontes de informação altera inclusive o próprio instituto da recepção.

A tradicional relação passiva do receptor dá lugar a um novo comportamento diante do emissor. Mais informado, o receptor tende a selecionar as mensagens e os próprios emissores e “isto produz uma séria *brecha* na noção de autoridade, a qual deixa de ser naturalmente imposta e passa a ser *negociada*” (WOLTON, 2006, p. 29). Contudo, este cenário de maior liberdade através da instrumentalização dos meios de comunicação tem suas contradições. As incessantes novidades tecnológicas exercem uma forte sedução sobre as pessoas que por diversas vezes preferem dar atenção a um celular ou computador em vez da comunicação direta com outras pessoas.

Segundo Wolton:

Se o homem moderno é livre, ele se encontra frequentemente sozinho, ou até mesmo dessocializado. Livre, mas sozinho, numa sociedade em que os laços familiares, socioculturais são muito menos fortes do que outrora. O risco da solidão é o preço a pagar por essa liberdade de ser e de conexão. O indivíduo é ainda mais “interativo” porque os contatos reais são difíceis. (WOLTON, 2006, p. 30-31).

Esta mudança de comportamento tem uma possível explicação. Por meio da tecnologia, o indivíduo não se torna seletivo somente ao que considera

mais importante, mas também ao que lhe agrada. Passando a interagir somente com quem concorda com suas opiniões ou desperte seu interesse por algum outro motivo.

Eis aqui a grande dificuldade para a comunicação globalizada, a heterogeneidade cultural. Ainda que o campo técnico e econômico imponham suas condições, a dimensão cultural mostra-se um duro obstáculo.

Por isto, segundo Wolton, na globalização “a comunicação, aparentemente triunfante é, na realidade, frágil [...] em qualquer escala, individual ou coletiva, [...] porque não há comunicação sem respeito ao outro [...]”. Trata-se então de uma questão política manter a comunicação fiel aos valores humanistas e democráticos que a fundamentam (WOLTON, 2006, p. 10-11).

Difundida em todos os níveis sociais através de diversas atividades cotidianas do ser humano, é justamente em sua aparente banalidade que reside à fragilidade da comunicação. Para Wolton, a mudança no comportamento do receptor diante do aparato tecnológico é motivo de reflexão. Mergulhado num mar de sites e aplicativos, o indivíduo não têm tempo a perder. Precisa ser seletivo, tem que escolher com que ou com quem dispensará seu tempo, sua atenção e decidir entre máquinas ou pessoas próximas, faz parte desse processo. Disperso em ondas de informação, comunica-se pouco.

Por isso, segundo Wolton, é a partir da análise das dimensões normativa e funcional que se pode evidenciar a diferença entre informação e comunicação. Isto porque, com a globalização e o aumento gigantesco de trocas de mensagens, há o crescente risco de “incomunicação”, pois a simples transmissão da mensagem não significa que há comunicação, é impreterivelmente necessária à resposta ativa do receptor. Ademais, estas mensagens devem conter signos conhecimentos por ambos, emissor/receptor e receptor/emissor, caso contrário, ao invés de concretizar-se o sonho de construir uma aldeia global pela comunicação, permaneceremos em uma “cacofonia de Babel” recheada de informação (WOLTON, 2006, p. 16-19).

Mas este aparente sinônimo entre informação e comunicação tem se desfeito na medida em que a globalização exhibe suas fragilidades e experimentamos seus efeitos. Romper os limites da comunicação global

representa avançar em direção a uma emancipação política, social e cultural. No entanto, certos avanços têm nos colocado diante da difícil tarefa de aceitar e conviver com o diferente, estranho à nossa cultura. No mundo globalizado, uma mesma informação pode ter interpretações completamente opostas e seus efeitos podem resultar em conflitos culturais.

Para Wolton, as dimensões, normativa e funcional, se entrelaçam numa espécie de dupla hélice que remete à diferença entre informação e comunicação. Pois diferentemente de informar, comunicar pressupõe a apropriação da mensagem pelo receptor que atua horizontalmente no processo de comunicação, à medida que tem liberdade para aceitar, recusar, remodelar ou responder à mensagem. (WOLTON, 2006, p. 16).

Ainda segundo Wolton, o fracasso de um sistema de comunicação globalizado pode ser atribuído à tentativa de uma homogeneidade técnica, que não é capaz de atender a heterogeneidade cultural mundial. Logo, diminuir as distâncias físicas não significa efetivamente estabelecer comunicação entre diferentes culturas. É preciso adicionar mais componentes a este composto. Dito de outra maneira, para haver comunicação faz-se necessário respeitar as limitações e diferenças do ser humano, é preciso ser ético.

Nisto consiste o grande desafio das novas mídias tecnológicas, especialmente aquela que predomina como meio de comunicação, a internet.

Isto porque a moderna comunicação tecnológica não avança de maneira igualitária nos três principais campos de atuação: técnico, econômico e sociocultural.

Ainda que nas últimas décadas tenha havido um grande esforço na melhora dos campos técnico e econômico, a questão sociocultural tem se mostrado uma problemática. “[...] a *globalização é um acelerador de contradição*. Pensava-se que ela iria aproximar os pontos de vista; ao contrário, torna mais perceptíveis as diferenças e a necessidade de ser *respeitado*.” (WOLTON, 2006, p. 19).

Na realidade capitalista, as pesquisas em busca de melhores meios de comunicação tem se resumido em performances tecnológicas lucrativas.

Com objetivo global, este movimento tecnicista e lucrativo tem sido gradativamente absorvido por diversos países que no desejo de acompanhar os chamados “países desenvolvidos tecnologicamente”, acabam se tornando

em grandes mercados consumidores. Desta forma, atendem-se os interesses técnico e econômico, já quanto o fator socioeconômico, a solução tem sido a promoção de uma indústria cultural globalmente simplificada. Em outras palavras, uma comunicação homogeneizada em detrimento da diversidade cultural.

Neste diapasão, a informação também sente os efeitos da globalização. Atualmente canais de comunicação têm transformado a informação numa sociedade de espetáculos. Esta manipulação ameaça a legitimidade jornalística. Contudo, dentro do sistema capitalista “[...] é compreensível que a informação e a comunicação se tenham tornado mercadorias e, portanto, o objeto de gigantescas batalhas econômicas [...]” (WOLTON, 2006, p.60).

Como consequência, atendendo aos interesses econômicos de grandes corporações que detêm os meios de comunicação, prioriza-se a técnica e, “sob o pretexto de clareza para o grande número, tudo acaba sendo simplificado.” (WOLTON, 2006, p.60).

Nesta lógica capitalista, a internet se torna um catalizador de diferentes interesses, de um lado, a grande massa em busca de informação e comunicação, do outro lado, uma grande oportunidade de negócio. Assim, com “um ar de semelhança”, a “standardização” de conteúdos na internet mantém a prática da indústria cultural apontada por Adorno. (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 2).

Neste cenário fica a pergunta: hoje quase todo interesse da comunicação gira em torno da internet, mas e o que vem depois?

4.2 Internet, e depois? - uma teoria crítica das novas mídias

Incomodado em saber se realmente houve uma mudança de valores sociais com a suposta ruptura entre as mídias de massa e a internet, Wolton propõe uma reflexão sobre a influência das novas mídias sobre os modelos individuais e coletivos de comunicação.

Considerando que a comunicação é um dos principais alicerces da emancipação humana e social, a explosão da dimensão técnica tem modificado consideravelmente nossa percepção sobre esse instituto, “[...] a tal ponto que muitos veem na sociedade de amanhã uma ‘sociedade da comunicação’ em

que seria resolvida a maior parte dos males da humanidade” (WOLTON, 2012, p. 9). Ocorre que a instrumentalização dos meios de comunicação não é suficiente para criar uma pacífica comunidade internacional.

Segundo Wolton, o grande desafio da sociedade moderna consiste em melhorar a comunicação sem necessariamente aproximar as pessoas de maneira que se respeitem suas diferenças.

Eu diria que em uma sociedade em que a informação e a comunicação são onipresentes, o desafio não diz respeito à aproximação dos indivíduos e das coletividades, mas, ao contrário, à administração de suas diferenças; não à celebração de suas semelhanças, mas àquela muito mais complexa, à de suas alteridades. Não há nada mais perigoso do que ver na presença das novas tecnologias cada vez mais performáticas a condição para a aproximação entre os homens. É na realidade o contrário. Quanto mais estão próximos uns dos outros, mais as diferenças são visíveis, tanto mais é necessário garantir certas distâncias para suportar as dessemelhanças e conseguir coabitar (WOLTON, 2012, p. 11).

Por isto é de suma importância refletir sobre a histórica concepção da comunicação e analisar sua aplicabilidade pela tecnologia, para não cometer o mesmo equívoco de outros autores que consideram a internet uma “[...] verdadeira revolução que fará surgir uma ‘nova sociedade’, simplesmente porque supõe que a tecnologia vai *mudar diretamente* a sociedade e os indivíduos”, reduzindo a comunicação a uma concepção determinista (WOLTON, 2012, p. 15-16).

Neste sentido, para acalmar os ânimos dos mais entusiastas sobre a anunciada revolução da internet, especialmente os mais jovens, por acreditarem “por que todo mundo diz, que tudo vai mudar com a Internet”, o pensador francês faz “três reflexões que atingem respectivamente os três níveis em que a “revolução” da Internet se efetua: o internauta, o indivíduo e o cidadão.” (WOLTON, 2001, p. 24).

Inicialmente, no primeiro nível, o internauta precisa ser lembrado sobre três pontos. Primeiro: “que o mais difícil não é a informação, mas a comunicação” (WOLTON, 2001, p. 24), porque

[...] a Internet não passa de um sistema automatizado de informação, de uma forma ou de outra, são os homens e as coletividades que integram esses fluxos de informações em suas conexões. A informação é sempre um segmento, e somente a comunicação, com

suas prodigiosas ambiguidades, Ihe faz emergir um sentido (WOLTON, 2001, p. 24).

Segundo:

[...] não é suficiente que os homens troquem muitas informações para que se compreendam melhor. São os planos culturais e sociais de interpretação das informações que contam, não o volume ou a diversidade dessas informações (WOLTON, 2001, p. 25).

Terceiro:

[...] a performance mesma dos sistemas de informação obriga o internauta a refletir sobre o estatuto da informação e a diferenciar as lógicas, os valores presentes. Da informação-serviço à informação-notícia, da informação conhecimento à informação-lazer, não se trata dos mesmos sistemas de referência e de legitimidade (WOLTON, 2001, p. 25).

Quanto ao segundo nível, o indivíduo, Wolton observa que o sentimento de liberdade que surge através da Internet corre riscos, seja pela comercialização ou através da cibercriminalidade. Por isto, em meio à necessidade de “saber distinguir a informação-valor, que é fator de liberdade individual, da informação-mercadoria que, essa, é padronizada”, faz-se necessário “valorizar o receptor, quer dizer, o usuário final, de cujas expectativas e aderência àquilo que Ihe é proposto jamais se está certo. O receptor é o quebra-cabeça da comunicação” (WOLTON, 2001, p. 25).

No terceiro e último nível, o cidadão, Wolton aponta quanto “à ideia de relançar uma reflexão sobre a democracia e a participação política a partir da Internet”. Para o autor, é preciso debater politicamente a maneira de utilizar a Internet, pois não trazê-la para este campo significa um paradoxo ao postulado nos últimos três séculos que o progresso técnico é condição do progresso social. Entretanto, o desinteresse neste debate pode estar relacionado ao relativismo que deve ser levado em conta quanto à “revolução” da Internet. A ausência do interesse político corre o risco de tornar a Internet que deveria tudo mudar, em uma “simples disposição harmônica das relações individuais”. Afinal, a sociedade da informação “favorece a ligação entre indivíduos e comunidades que se parecem, deixando de lado a questão da heterogeneidade”, segmentando a sociedade em pequenas comunidades (WOLTON, 2001, p. 26-28).

A comunicação não se resume a históricos acontecimentos técnicos. Deve-se também levar em consideração as dimensões culturais e sociais. Esta é a justificativa do trabalho de pesquisa de Wolton em “[...] tentar *explicar por que o essencial, em um sistema de comunicação, não é a tecnologia*” (WOLTON, 2012, p. 16).

Neste sentido, a questão central que incomoda o pesquisador francês é refletirmos se a Internet é realmente um fator de mudança substancial das estruturas sociais de comunicação, ou mera onda tecnológica.

Para Wolton, a recente comunicação tecnológica, tratada como revolução social e símbolo da sociedade contemporânea, é pouco analisada. Este fenômeno que tem por objetivo principal “[...] alcançar todos os públicos, todos os meios sociais e culturais” carece de mais reflexões (WOLTON, 2012, 29). Para ele, diferentemente de outras importantes questões como saúde ou educação, os estudos sobre comunicação majoritariamente ficam reduzidos a avanços técnicos. Se houvesse mais trabalhos sobre tecnologias em massa como a imprensa escrita, rádio e televisão restaria claro que a internet é somente mais um efêmero modismo na história da humanidade. “Simplesmente, cada nova geração tecnológica resolve alguns problemas a ela anteriores, trocando por outros e mais frequentemente criando novos” (WOLTON, 2012, p. 34).

Talvez o sucesso da internet esteja no fato de aparentar a superação de um grande problema das últimas décadas, a desconfiança em relação à comunicação de massa. Outrora considerada uma das principais ferramentas na construção da democracia, passou a ser vista como possível instrumento de manipulação e controle social.

Neste viés, num esforço para a desvalorização deste tipo de comunicação, um dos discursos que mais se fortaleceu foi o dos atores ligados às novas tecnologias: “As mídias de massa são os dinossauros da comunicação e o futuro é a interatividade e a criatividade individual” (WOLTON, 2012, p. 45). Ocorre que a mesma internet que promove a interação com o mundo é também uma das grandes causas da falta de privacidade. Significa dizer que a internet pode ser usada como instrumento de informação e controle.

Considerando que a internet agrupa um conjunto de serviços, cada internauta se torna um *dado* dentro de um gigantesco *banco de dados*. A partir deste banco de dados, setores como bancários, mobiliários, comerciais entre outros, podem criar perfis de potenciais consumidores para seus produtos e serviços. Esta prática é utilizada também pelos meios de comunicação e informação, o que segundo Wolton faz suscitar uma “oferta e demanda de informação”, e para satisfazer estas necessidades emergem a internet e as novas mídias.

Neste sentido, considerando as diferenças socioculturais entre as diversas regiões pelo mundo, a informação vem a ser produzida e acessada de forma desigual. O problema não está somente nas condições tecnológicas de acesso, mas também na demanda. Existindo o risco de segmentação da informação, a ela fica comprometida. Portanto, a automação da relação entre emissor e receptor, não significa exatamente estabelecer uma comunicação, isto é, transmitir uma informação não é comunicar.

4.3 Informar não é comunicar

Segundo Wolton, a recente supervalorização da informação criou na maioria das pessoas o estereótipo de que, ao contrário da comunicação, somente a informação é séria. Entretanto, para o autor é descabida esta “[...] esquizofrenia em diabolizar a comunicação para louvar a informação”, haja vista que especialmente nos últimos dois séculos ambas estiveram unidas em defesa da emancipação individual e coletiva. “É falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil.” (WOLTON, 2010, p. 11-12).

Neste diapasão, para o pesquisador francês, diferentemente do que tem se afirmado nas últimas décadas, as pessoas são mais importantes que a tecnologia no processo de comunicação, pois a tecnologia é somente um instrumento criado e utilizado para transmitir a informação.

Tem havido uma grande confusão conceitual sobre temas bastante distintos, qual sejam, informação e comunicação. Talvez por este motivo numerosas teorias materialistas tenham conceituado simples etapas tecnológicas como a própria história da comunicação. Entretanto, segundo

Wolton há uma grande diferença entre elas; para ele, “a informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa.” (WOLTON, 2012, p. 12).

Por isto, ainda segundo Wolton, a esperada revolução do século XXI não está na mensagem, mas na relação. Significa dizer que o grande desafio deste século não está na produção e circulação de informações, mas na forma como os milhões de receptores lidam com elas. (WOLTON, 2012, p. 15).

Simplesmente facilitar a disponibilidade de recursos tecnológicos pelo globo para a recepção automática de informações não é exatamente fortalecer a comunicação. Com o aumento no número de receptores, a heterogeneidade se torna uma enorme dificuldade, não só pelas diversidades socioeconômicas, mas também pelas divergentes interpretações que muitas vezes se chocam, resultando em más interpretações e mal-entendidos. “É então, por haver mais informação circulando que cada vez há mais incomunicação [...]”. A sonhada aldeia global tem se transformado numa torre de Babel. (WOLTON, 2010, p. 15).

Atualmente, diante das avalanches de informações promovidas pelas diversas facilidades tecnológicas, o receptor está mais seletivo, obrigando o emissor a ser mais maleável e objetivo.

Ontem, comunicar era transmitir, pois as relações humanas eram frequentemente hierárquicas. Hoje, é quase sempre negociar, pois os indivíduos e os grupos se acham cada vez mais em situação de igualdade (WOLTON, 2012, p.19).

Por isso, em face desta nova realidade refletir sobre comunicação é de suma importância, pois diferentemente da informação, a comunicação pressupõe a participação ativa do receptor, vigorando a ideia inerente de negociação.

De acordo com Wolton, “tudo se complicou com a generalização da informação, a diversidade dos receptores com senso crítico e a globalização.” (WOLTON, 2012, p.21). Daí a importância em repensar a ideia de compartilhamento para a de coabitação, pois o compartilhamento de tecnologia e informação através do *boom* da internet não resultou em mais comunicação conforme o esperado. Pelo contrário, assistimos duas ideologias se

fortalecerem e prejudicarem a comunicação: “[...] o *individualismo*, ou seja, a redução da comunicação à expressão e à interatividade, e o *comunitarismo*, isto é, a marginalização da questão da alteridade e a possibilidade do encerramento em espaços virtuais.” (WOLTON, 2012, p. 24).

De acordo com o relatório Estado da Banda Larga 2019, produzido pela Comissão de Banda Larga das Nações Unidas, mais da metade da população mundial (51%) tem acesso à internet. (CORREIO BRAZILIENSE, 2019). Considerando essa realidade, repensar a aplicabilidade da internet é uma necessidade. Passada a fase da novidade de o indivíduo poder acessar diversos canais de informação e conectar-se com várias pessoas ao redor do mundo, agora a questão é administrar as múltiplas relações sociais com todas as suas diferenças, especialmente as culturais.

Porém, segundo Wolton, primeiramente é preciso “‘destecnologizar’ a comunicação, recolocando a técnica no seu devido lugar.” Desconstruir a ideologia de que a tecnologia é um poder normativo suficiente para mudar e determinar as estruturas de uma sociedade. (WOLTON, 2012, p. 29).

Ainda que a internet sirva como uma ferramenta eficiente para diversos setores como a indústria, o comércio ou como uma grande biblioteca em que as pessoas buscam todo tipo de informação, o que os internautas mais procuram é comunicar-se com outros internautas. “A palavra ‘redes sociais’ diz tudo. É o social, ou seja, o humano, que importa.” (WOLTON, 2012, p. 38-39). Entretanto, relacionar-se com o outro também significa coabitar com a diferença. Não somente informar-se ou informar o outro, mas trocar experiências e comunicar-se.

5 RESULTADOS

5.1 Pontos em comum

Apesar dos pensadores Freire e Wolton terem vivido em épocas e lugares diferentes, seus trabalhos sobre a comunicação têm pontos em comum, especialmente quanto à dimensão humana. Partindo dessa premissa, podemos identificar algumas correlações, entre elas:

a) **A necessidade de empatia e diálogo na comunicação:** Wolton se manifesta contrário diante da ideia segundo a qual apenas aumentar o acesso das pessoas à tecnologia é promover a comunicação. Segundo ele, é preciso restaurar a dimensão humanista na comunicação. Significa dizer que é necessário retomar valores como a empatia e o diálogo para nivelar a comunicação que está dividida em duas dimensões básicas que se alternam e se completam numa espécie de “dupla hélice”, a normativa e a funcional. A primeira promove a emancipação humana por meio da compreensão mútua e intercâmbio direto, a segunda, mais técnica, visa atender majoritariamente as necessidades de comunicação que desenvolvam os fluxos administrativos e financeiros.

Segundo Wolton, é preciso equilibrar o trabalho de uma das hélices, qual seja, aquela que representa a dimensão normativa. Este desequilíbrio é resultado dos interesses e esforços empregados pelos poucos detentores dos grandes centros de produção e controle de tecnologia de ponta que atendem a demanda mundial. Interesses estes que, sustentados basicamente por grandes grupos econômicos, camuflam seus objetivos sob a forma de promoção da liberdade de comunicação. Dito de outra forma, conectar as pessoas é um negócio muito lucrativo, por isto há uma verdadeira guerra comercial entre as empresas gigantes no ramo da comunicação em busca de mais clientes/usuários.

Neste cenário interconectado, aspectos negativos quanto ao uso da tecnologia no ambiente familiar têm gerado grandes preocupações. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a multiplicação do acesso de crianças e adolescentes aos aplicativos, redes sociais e jogos *online* requer mais atenção. De acordo com a Instituição:

A pesquisa TIC KIDS ONLINE – Brasil (2018), realizada pelo Cetic.br/NIC.br em amostra representativa de 2964 famílias com entrevistas de crianças e adolescentes brasileiros entre 9 e 17 anos, demonstrou que 86% estão conectados o que corresponde a 24,3 milhões de usuários da Internet, com a variação entre 94% e 95% nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e 75% nas regiões Norte e Nordeste. Este uso ocorre pelo telefone celular em 93%, com compartilhamento de mensagens instantâneas 80% (Sexo Feminino; SF) e 75% (Sexo Masculino; SM), uso de redes sociais 70% (SF) e 64% (SM), fotos e vídeos 53% (SF) e 44% (SM), jogos online 39% (SF) e 71% (SM) e off-line 56% (SF) e 65% (SM), além de assistir vídeos, filmes e programas ou séries na Internet 83%, tanto no SF

como no SM. Posse de perfil em redes sociais é referida por 82% do total da amostra. Relataram riscos de conteúdos sensíveis sobre alimentação ou sono em 20%, formas de machucar a si mesmo em 16%, formas de cometer suicídio em 14% e experiências com o uso de drogas em 11%. Ao redor de 26% foram tratados de forma ofensiva (discriminação ou cyberbullying) e 16% relataram acesso às imagens ou vídeos de conteúdo sexual. No total da amostra, 24% ficaram muito tempo na Internet e 25% não conseguiram controlar o tempo de uso, mesmo tentando passar menos tempo na Internet. Estes dados demonstram não só a relevância dos riscos à saúde, de maneira geral, mas também riscos para transtornos de saúde mental e problemas comportamentais, segundo os atuais critérios do CID-11 sobre dependência digital. (SBP, 2019).

Diante desta realidade, em que a tecnologia vem exercendo forte influência no comportamento das pessoas e alterando a dinâmica do ambiente familiar, é imprescindível analisar como está o convívio e a comunicação entre os entes familiares. A tecnologia deve, ou pelo menos deveria, somente facilitar o contato entre as pessoas e aproximá-las umas das outras. No entanto, considerando os dados apresentados pela pesquisa TIC KIDS ONLINE – Brasil (2018) (NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC.BR, 2020), podemos constatar que os efeitos negativos também fazem parte desta nova realidade dos lares. Segundo Eisenstein e Estefenon (2006), em um número significativo de famílias o convívio tem sido substituído pelos meios de comunicação eletrônicos, com o envio de mensagens de texto. Assim, o afeto no convívio diário vai perdendo espaço.

Por sua vez, Freire também defendia a ideia da necessidade de empatia e diálogo no processo de comunicação. Mais especificamente na pedagogia, segundo Freire, era necessário respeitar as características do educando e restabelecer a comunicação dialógica, pois segundo ele, a metodologia pedagógica que estava sendo aplicada se dava de maneira vertical, imposta, desprezando a contribuição do educando em seu processo de formação. Aduzia ainda que tal prática se resumia à simples transferência de conhecimento, numa espécie de “educação bancária”. Para Freire, os recursos tecnológicos de ensino aplicados à época, empregados por meio de cartilhas ou apostilas formatadas, não permitiam uma pedagogia mais comunicativa, uma vez ignorava a realidade e individualidade de cada educando.

b) **Comunicação não é o mesmo que extensão ou informação:** analisando o trabalho desenvolvido por Freire durante o período que esteve exilado no Chile, é possível comparar sua crítica quanto ao trabalho de extensão do agrônomo-educador com o desvio da informação nos últimas décadas apontadas por Wolton. Se por um lado o brasileiro entendia que a comunicação entre os extensionistas e os camponeses chilenos era prejudicada pela falta de diálogo horizontal e ausência de hierarquia, por outro lado, o sociólogo francês vê prejudicada a comunicação das últimas décadas, quando a informação passa a ser considerada como meio eficiente de comunicação. Para Wolton, trata-se de institutos distintos. Dito de outra forma, assim como simplesmente transmitir conhecimento de forma impositiva não é se comunicar, informar exaustivamente também não é.

Na experiência chilena, Freire identificou que todo o conhecimento adquirido ao longo do tempo pelos camponeses estava sendo desprezado pela imposição do conhecimento acadêmico dos extensionistas. Para o educador, era um problema básico de comunicação; ele via que se repetia no Chile a mesma falha que havia reconhecido anos antes na metodologia de educação brasileira.

Neste sentido, a tarefa de capacitar os primeiros quadros técnicos junto ao instituto chamado Corporação da Reforma Agrária para promover a alfabetização de adultos na área rural chilena fez com que Freire analisasse a proposta governamental a partir da própria nomenclatura, que segundo ele, era equivocada.

Freire aduzia que o conceito de extensão diz respeito ao ato de o profissional estender seus conhecimentos e suas técnicas para outras pessoas. Entretanto, segundo ele, o sucesso da integração entre acadêmicos e camponeses carecia de mais diálogo e traça de experiências entre eles.

Seguindo esta linha de raciocínio, Freire arguia que o papel dos agrônomos-educadores deveria ser o de promover a reflexão dos camponeses quanto a seus conhecimentos empíricos em face do acadêmico, não de forma soberba e impositiva, mas conhecendo e também aprendendo com os camponeses.

Mesmo porque, independentemente do grau de instrução ou experiência que o indivíduo tenha, recorrendo às palavras de Freire, o ser humano está

permanentemente incompleto, em constante construção. Sua transitoriedade exige que esteja aprendendo sempre. Por isso, a convivência com a troca de experiências mostra-se mais que uma oportunidade, mas uma necessidade.

Noutro cenário, mas sob o mesmo prisma, Wolton entende que apesar da tecnologia proporcionar maior acesso à informação, não há exatamente melhorias na comunicação. Isto porque estes institutos não são sinônimos. Significa dizer que diferentemente da comunicação, a informação não estabelece o diálogo. Por esta razão, o sociólogo insiste em afirmar que informar não é comunicar.

Contudo, diante da realidade tecnológica que grande parte da população mundial atualmente experimenta, o acesso facilitado às informações passam a falsa ideia que o mundo se comunica melhor. O que se mostra uma ilusão. Pelo contrário, ainda segundo Wolton estas avalanches de noticiários somente expõem as diferenças entre as regiões e muitas vezes acabam por provocar más interpretações, isto é, incomunicação.

O aparente triunfo da instrumentalização dos meios de comunicação não representa exatamente a melhora na comunicação humana.

c) **Invasão cultural:** segundo Freire, ocorre a invasão cultural quando sem se dar conta, o sujeito está condicionado a uma relação autoritária e antidialógica. Desprezando e limitando a palavra do outro, uma das partes impõe seu ponto de vista, reduzindo a outra a uma relação de domínio e domesticação.

Neste cenário, o então opressor ilude o oprimido fazendo-o crer que está sendo ajudado por uma cultura superior e através de ferramentas que lhe proporcionarão algum progresso. Para tanto, o opressor transmite sua visão de mundo como a mais adequada. Nesta perspectiva, descaracteriza a cultura do oprimido, levando-o até mesmo a crer que existe hierarquia entre ambos, sendo ele um ser inferior. Por outro lado, na hipocrisia de sua benevolência, o opressor faz parecer que a cultura do oprimido é uma subcultura.

Já para Wolton, a invasão cultural ocorre com a tentativa de tornar o mundo em uma aldeia global. Através do excesso de tecnologia, sua padronização concorre para a supressão da heterogeneidade cultural. Neste

mundo globalizado, há certa imposição da cultura dos detentores dos recursos tecnológicos.

d) **Comunicação massiva:** no que tange à pedagogia, Freire não via com bons olhos as políticas públicas de educação em massa. Para ele, o processo educacional massivo induz tanto educador quanto educando, à simples repetição de práticas engessadas, em busca de resultados pré-estabelecidos. Não por acaso, sua metodologia de ensino era precedida de uma pesquisa sociológica, isto é, antes de implantar um método de ensino em determinada região, era necessário obter maiores informações sobre a realidade e as características locais dos educandos. Freire entendia que primeiro era preciso conhecer o público com o qual os educadores iriam futuramente trocar conhecimentos. Caso contrário, seria somente mais um método imposto verticalmente.

Para Wolton, a massificação do público receptor através dos veículos de comunicação e informação diminui a qualidade das mensagens. Significa dizer que a tentativa de alcançar um público cada vez maior, condiciona a mensagem a ser mais homogênea e fadada à repetição. Como o que ocorre atualmente com diversos noticiários que se limitam a cansativamente reproduzirem as mesmas notícias.

A mensagem pressupõe que o receptor entenda o que o emissor quer comunicar, mas a partir de seu repertório intelectual, faça sua própria interpretação. É justamente esta individualidade que faz com que a comunicação resulte no avanço da comunicação humana.

Em sentido oposto, a informação globalizada tende a ser mais causadora de confusões do que de esclarecimentos, pois a falta de contextualização de determinada informação pode provocar uma compreensão da realidade. Outro ponto importante apontado por Wolton é a falta de acesso aos meios tecnológicos.

Considerando que em grande parte das sociedades modernas as políticas sociais têm se tornado mais dependentes e até mesmo exclusivas das tecnologias eletrônicas, aqueles que não têm fácil acesso a estes meios ou têm sua participação social limitada ou acabam fazendo parte do grupo de

excluídos sociais. Processos espaciais que estruturam a organização social e sua dinâmica como forma de expressão. (CASTELLS, 1999, p. 37).

e) **Local versus global:** Paulo Freire já defendia que o processo de conscientização e emancipação humana se inicia através do conhecimento de si mesmo e da realidade local do indivíduo. Por meio do diálogo direto com seus pares, a pessoa tem também a possibilidade de se conhecer melhor, assim como conhecer a realidade do outro e através desta interação, ambos têm melhores condições entenderem seus lugares na sociedade. Então, mais cientes de seus papéis sociais a partir do local em que vivem, suas interações sociais contribuem para a construção gradativa de uma conscientização mais ampla sobre situações mais abrangentes.

Significa dizer que, segundo a ótica de Freire, é de suma importância a identificação e a valorização do indivíduo com o local em que vive. Respeitar as raízes que formam a identidade e personalidade da pessoa é essencial para a formação e desenvolvimento social.

Não por acaso, a metodologia freireana de alfabetizar adultos causou espanto e alvoroço à época que foi experimentada na cidade de Angicos no Estado do Rio Grande do Norte. Partindo do princípio de que para alfabetizar e posteriormente desenvolver a consciência social e política em adultos da região rural era fundamental primeiramente relativizar a pedagogia com a realidade local dos educandos, há mais de 50 anos Freire já entendia que, para se pensar em desenvolvimento humano, é imprescindível considerar a relação do indivíduo com suas características locais. Freire percebeu que as cartilhas e manuais generalistas não atendiam as necessidades locais de alfabetização.

Neste viés, podemos comparar a metodologia generalista de ensino combatida por Freire com a globalização das informações. Pois com o objetivo de divulgar determinada informação para o maior número possível de receptores os meios de comunicação transformam uma informação de relevância local em objeto de divulgação mundial. Esta prática é uma das grandes causas que desencadeiam as avalanches de informações de nossos dias. Com efeito, à medida que o indivíduo passa a dispensar grande parte do seu tempo em acompanhar as notícias e mundiais tem a falsa sensação de estar sempre bem informado.

No entanto, devemos considerar que além do fato de que nem toda informação é importante para todas as pessoas, ainda há que se levar em conta que o conteúdo da mensagem informada pode ser passada segundo uma interpretação descontextualizada.

Neste sentido, Wolton adverte que informar não é comunicar. O excesso de informações não significa que estejamos nos comunicando melhor. Pelo contrário, o aumento da tecnicização dos meios de comunicação, em alguns casos, tem diminuído e até mesmo eliminado a comunicação primária. Aí que mora o perigo. Extinguir a comunicação primária direta entre as pessoas significa a ausência do diálogo em sua essência. É através desta prática que efetivamente os indivíduos conhecem a realidade dos fatos, salvo as inverdades criadas por algum interesse. Logo, é o diálogo que permite que o indivíduo aja e interaja juntamente com seus pares sobre a sua própria realidade, atuando e influenciando diretamente sobre o cenário em que vive, participando efetivamente na construção de uma sociedade mais democrática.

Trata-se da transformação endógena que Freire tanto arguia, pois a partir da maior inserção e participação nas atividades locais, conseqüentemente ocorreria a influência e o agir em escalas maiores, o despertar consciente dos indivíduos que trilham o caminho da contradição.

Portanto, a ideia freireana que é preciso criar condições ao indivíduo para primeiro conhecer e participar localmente em sociedade para depois agir em maiores proporções está diretamente ligada ao argumento woltoniano de que o excesso de informações mundiais podem resultar em desinformação e conseqüentemente em certa inação.

5.2 Outros pontos de vista

a) **Jürgen Habermas:** segundo o filósofo e sociólogo alemão, a comunicação é uma forma de agir. Seguindo esta lógica, Habermas desenvolveu sua teoria da ação comunicativa. Conforme esta teoria, a interação promovida pela comunicação representa o compartilhamento das subjetividades humanas que formam as organizações sociais. Formações estas que se dão por meio de diálogos e entendimentos recíprocos em prol de objetivos comuns. Partindo da ideia de que o indivíduo age de boa-fé,

Habermas considera que a discussão organizada em preceitos éticos e morais é o caminho para a construção de acordos mais democráticos na busca de objetivos comuns. A discussão é uma forma de agir por meio da comunicação.

Neste sentido, a defesa que Habermas faz sobre a necessidade de se promover a discussão ou a teoria do agir comunicativo para se construir acordos comuns rumo ao desenvolvimento social remete ao diálogo defendido por Freire durante toda sua vida. Assim como Habermas, Freire já arguia que as diretrizes que norteiam uma organização social devem necessariamente ser resultado da discussão entre seus interessados. E para que esta discussão seja mais ampla e democrática, é preciso transmitir a voz de todos, inclusive a dos analfabetos.

O educador brasileiro entendia que a realidade da falta de instrução e conhecimento no Brasil era um fator de alienação e opressão social. Contudo, para que o oprimido pudesse participar ou agir através da comunicação, era necessário que primeiramente o fizesse sobre assuntos que lhe fossem familiares, locais. Conforme o indivíduo se reconhece e se integra no cenário local, desenvolve sua capacidade para discutir e agir sobre assuntos mais abrangentes.

b) **Douglas Kellner:** influenciado pela Escola de Frankfurt e pelos estudos culturais, para o crítico estadunidense, nas sociedades contemporâneas a mídia é predominantemente utilizada em favor de uma cultura comercial voltada para o lucro, fomenta a cultura de massa, como no caso da TV, pois quanto maior o número de espectadores, maior a quantidade de possíveis consumidores. Em linhas gerais, a mídia influencia na formação da personalidade do indivíduo, motivo pelo qual é objeto de disputa política e econômica. Neste sentido, Kellner contraria a ideia de Wolton que considera a TV como o mais democrático meio de comunicação.

c) **Seymour Papert:** o matemático estadunidense é um defensor do uso de tecnologia como ferramenta indispensável para a aprendizagem. Papert concorda com Freire quanto aos objetivos e fins da educação. Neste sentido, o matemático afirma que a tecnologia proporciona ao educando a mesma liberdade de descoberta experimentada na primeira infância, isto é, a

possibilidade de desfrutar uma educação de descobrimento. Para ele, a tecnologia não é capaz de substituir totalmente a escola, mas deve ser utilizada como instrumento de apoio, incentivando o educando a explorar novas experiências. Contudo, o uso da tecnologia nas escolas deve respeitar e valorizar os conhecimentos já adquiridos do educando, algo relativamente parecido com a metodologia pedagógica freireana. O auxílio da tecnologia no processo pedagógico das crianças equivale às fases de investigação e formação das palavras geradoras dos educandos adultos. No caso da experiência na cidade de Angicos, a metodologia teve como base as palavras e objetos de uso comum dos educandos, como terra, enxada, roça..., palavras que faziam parte do dia a dia daqueles trabalhadores rurais. Já para grande parte das crianças que vivem nos centros urbanos, como aponta a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2019), são os objetos tecnológicos mais modernos como celular e computador que fazem parte de suas vidas e vocabulários. Logo, esta tecnologia tão familiar à estes educandos pode ser de grande ajuda no processo pedagógico.

d) **Bernardo Toro:** Segundo o filósofo e educador colombiano, nossa sociedade precisa superar o paradigma do êxito exclusivamente pessoal e avançar no sentido de sucesso coletivo, isto é, da necessidade de cuidar de si e também do próximo. Segundo esta lógica, o sucesso do indivíduo somente se justifica quando simultaneamente há o cuidado do outro. Para que isto ocorra, a comunicação é fundamental. Esta tese defendida por Toro se assemelha muito com a visão humanitária de Freire, pois ambos os educadores entendiam que o diálogo é essencial para o desenvolvimento crítico das pessoas. É através da conversa que o indivíduo identifica a si mesmo e o outro no laço social. Falando e ouvindo, as pessoas estabelecem uma comunicação horizontal e democrática, elementos importantes para a construção de uma sociedade mais ética.

e) **Papa Francisco:** a obra *O futuro da fé*, resultado de doze encontros entre o líder da Igreja Católica e Wolton, é uma amostra da eficácia do diálogo. As entrevistas sem qualquer protocolo permitiram ao sociólogo conversar e conhecer a opinião do Papa Francisco quanto à posição da Igreja Católica

sobre temas tão comuns a todas as pessoas como política, cultura, comunicação e tecnologia.

Segundo o Papa Francisco, o ser humano está permanentemente caminhando e, fazendo seu caminho, está sempre a se comunicar, pois o “homem é fundamentalmente um ser comunicante. O homem mudo, no sentido de que ele não sabe comunicar, é um homem ao qual falta o ‘andar’, o ‘ir’...”. (FRANCISCO, 2018, p. 23-24).

No processo de comunicação, é imprescindível preservar e valorizar a individualidade. Neste sentido, quanto à globalização, para o Papa Francisco, trata-se de um fenômeno político em que prevalece a uniformidade em detrimento à diversidade, pois todos os pontos são equidistantes do centro. Para ele, seria melhor fazer-se uma concepção como um poliedro “[...] em que todos os pontos estão unidos, mas no qual cada ponto, quer seja um povo quer seja uma pessoa mantém identidade própria”. (FRANCISCO, 2018, p. 27).

Sob este prisma, o respeito à individualidade abordada pelo Papa Francisco nos remete à defesa de Paulo Freire em face dos educandos. Para o religioso, é necessário que do diálogo promova mais que um simples acordo, deve desenvolver um caminhar juntos, criando pontes entre pontos diferentes. Já para o educador, o diálogo deve realizar-se horizontalmente, isto é, educador e educando trocando experiências no mesmo nível, sem hierarquia.

Diante das facilidades nos meios de comunicação que as novas tecnologias proporcionam a muitas pessoas pelo mundo, a Igreja Católica tem em seu líder mundial um defensor do diálogo.

Sobre a questão das diferenças culturais é interessante trazermos a discussão o que disse o Papa Francisco acerca da globalização. Segundo ele, é um equívoco a Igreja Católica tentar implantar uma única liturgia para diversas culturas pelo mundo. Para ele, o catolicismo deve respeitar e considerar as diferentes formas de adoração e expressão de fé. Como por exemplo, as cerimônias na África, onde “[...] uma missa dura três, quatro horas. Por quê? Porque eles não conseguem conceber uma missa sem dança. E isso é sagrado? Sim, é sagrado.” (FRANCISCO, 2018, p. 213).

Para ele, é de suma importância respeitar as diferenças. A incultura é tida como uma necessidade para os anseios católicos. Isto porque através da globalização há uma forte tendência para a uniformidade de regras, não só

para os trabalhos de evangelização, mas também quanto à influência religiosa em questões políticas e sociais de cada realidade local.

Neste sentido, considerando que o catolicismo exerce influência em diversos temas de interesse mundial como economia, política, saúde e direitos humanos; é fundamental estabelecer um diálogo inter-religioso.

No que tange à questão migratória que a Europa vem enfrentando, o Papa Francisco vem mantendo um veemente discurso em defesa de harmonia e diálogo. Para ele, uma vez que a própria Europa se formou a partir de longo processo imigratório, parece contraditório que nas últimas décadas alguns países que formam este continente dificultarem a entrada de novos imigrantes, especialmente em razão de suas crenças.

f) **Byung-Chul Han:** segundo o filósofo e ensaísta sul-coreano, a “mídia digital furta à comunicação a tutilidade e a corporeidade”. Em razão da comodidade e eficiência da comunicação digital, à medida que “[...] evitamos crescentemente o contato direto com pessoas reais, e mesmo o contato com o real como um todo” subtraímos formas não verbais de comunicação como as expressões faciais e corporais (HAN, 2018, p.18). Este comportamento de distanciamento social corrobora o argumento de Wolton de que apesar do aparente triunfo facilitado pela instrumentalização digital, a comunicação é frágil (WOLTON, 2006, p. 10). Fragilidade exemplificada por Han (2018, p.18) a partir do uso do smartphone que, pouco complexo, abafa a negatividade que os contatos diretos expõem. Abstendo-se do contraponto, do olhar examinador do outro, nos sentimos protegidos por detrás da tela. E se ainda nos sentirmos inseguros ou ameaçados com sua presença virtual, o excluimos e bloqueamos de nossas redes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este trabalho sobre a importância das pessoas e da tecnologia no processo de comunicação, tínhamos como objetivo geral identificar possíveis interconexões discursivas entre dois pensadores sobre o assunto, o educador brasileiro Paulo Freire e o sociólogo francês Dominique Wolton. Para atingirmos tal objetivo, foi necessário pesquisarmos sobre as histórias de vida destes autores, o que consequentemente nos levou a perceber que ambos têm visões de mundo parecidas, isto é, que o processo de comunicação pressupõe o respeito à dimensão humanista.

Neste sentido, pareceu-nos importante que antes de analisarmos as vidas e as obras de Freire e Wolton, apresentássemos um estudo sobre temas como cidadania e comunicação entre outros, tão presentes e indissociáveis aos dois autores.

A partir de um título intencionalmente provocativo, iniciamos esta dissertação abordando sobre cidadania e direito à comunicação e, considerando que os autores concordam sobre a comunicação ser um importante instrumento não só para a expressão humana, mas também para o desenvolvimento da vida em sociedade, nossa pesquisa avançou sobre temas que envolvem as organizações sociais através dos tempos, bem como algumas das principais transições que marcaram os últimos cinco séculos. Mudanças que impactaram especialmente as civilizações ocidentais. Comportamentos que fortemente influenciados pela tecnologia desaguaram numa inovadora forma cultural, a cibercultura, algo completamente diferente do que tenha ocorrido na existência humana.

A imersão nestes temas nos permitiu compreender com mais profundidade porque Freire e Wolton defendem a dimensão humanista no processo de comunicação. Enquanto meio de expressão e organização social, foco de diferentes interpretações e aplicações, a comunicação é objeto de constante discussão.

Baseados nesta premissa, nos deparamos com reflexões de outros autores que enriquecem o debate em torno da comunicação e a relação do ser humano com a tecnologia. Especialmente com a Idade Moderna, o ser humano e sua forma de se comunicar e organizar sofreu profundas mudanças. Segundo

Giddens (2002) com a invenção de tecnologias como o relógio, o mapa e o dinheiro, somados às grandes navegações, o ser humano passou a conhecer e experimentar novas formas de organização social.

Por sua vez, Castells (2002) entende que os períodos pelo que passam os seres humanos e as sociedades constituem-se em torno de fluxos, seja de capital, de informação ou de organização, entre outros.

A capacidade intelectual do ser humano e sua habilidade de influenciar e modificar o meio, o permitem mais do que simplesmente criar uma linguagem e se comunicar, constituem segundo Habermas (2012), um “agir comunicativo”.

Neste sentido, a organização e ação humana através da comunicação, além de proporcionar significativos avanços e melhorias sociais, também é utilizada como meio de controle e manipulação. Com a crescente instrumentalização dos meios de comunicação cada vez mais hegemônicos, a heterogeneidade cultural sofre uma verdadeira invasão e supressão, contrariando o ideal de aldeia global apontado por McLuhan (1977), quando os instrumentos tecnológicos facilitam a intercomunicação global e direta entre as pessoas pelo mundo.

Neste viés, emerge o incômodo que atíça futuras pesquisas. É preciso avaliar e refletir se assiste razão àqueles que vêm à necessidade de restaurar a dimensão humanista no processo de comunicação. Se os ideias de liberdade, igualdade e fraternidade estão sendo preteridos em razão da hegemonia tecnológica que avança sobre diferentes culturas.

Será que função da tecnologia digital estamos nos comunicando mais ou melhor? Ou é este apenas um período de transição?

Neste trabalho chegamos à conclusão que a dimensão humanista vem sendo preterida pela instrumentalização dos meios de comunicação. Assim como defendia Freire e ainda defende Wolton, há a necessidade de se valorizar o diálogo e alteridade na comunicação. As ações para facilitar a comunicação entre as pessoas ou estreitar relações políticas e econômicas entre diferentes povos ou instituições, devem ser tomadas de modo que respeitem as condições individuais de cada pessoa ou ente.

Portanto, sem a pretensão de ser conclusivo, este trabalho é um convite para outras pesquisas. Especialmente se considerarmos que os conceitos aqui apresentados estão limitados ao conhecimento europeu e americano. Logo,

outras interpretações de diferentes culturas são importantes fontes para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BURGOS, C. C. Paulo Freire e as Teorias da Comunicação. In: GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire. Uma biobibliografia**. São Paulo/Brasília: Cortez/Instituto Paulo Freire/UNESCO, 1996. p. 620-621.
- CARDOSO, G.; LAMY, C. "Redes sociais: comunicação e mudança". **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011. pp. 73-96. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13383/1/pt_vol2_n1_art6.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer; atualização para a 6ª edição: Jussara Simões – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONI JUNIOR, V.; DANTAS, M. C. Constitucionalismo digital e a liberdade de reunião virtual: protesto e emancipação na sociedade da informação. **Revista de direito, governança e novas tecnologias**. Brasília, v.3, n.1, 2017. p. 44-65, jan/jun 2017. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/revistadgnt/article/view/2168>>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- CORREIO BRAZILIENSE**. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/04/internas_economia,803503/51-da-populacao-mundial-tem-acesso-a-internet-mostra-estudo-da-onu.shtml. Acesso em 01 out. 2020.
- CUPANI, A. O. A Realidade Complexa da Tecnologia. **Cadernos IHU ideias**. Ano 12 – nº 216 – v. 12 – 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/216cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2020.
- Eisenstein E, Estefenon S. Computador: ponte social ou abuso virtual? **Revista Adolescência & Saúde**. 2006; nº 3, v. 3, p. 57-60.
- ESTADÃO**. 2014. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,retrato-de-uma-juventude,1167792>>. Acesso em: 12 maio 2020.
- FEENBERG, A. **Critical Theory of Technology**. New York: Oxford University Press, 1991.

FRANCISCO, P. **O future da fé: entrevistas com o sociólogo Dominique Wolton**. Tradução Pedro Sette-Câmara. Rio de Janeiro: Petra, 1. ed. 2018.

FREIRE, A. M. A. Paulo Freire e as Teorias da Comunicação. In: GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire. Uma biobibliografia**. São Paulo/Brasília: Cortez/Instituto Paulo Freire/UNESCO, 1996. p. 27-64.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª Edição, 1979.

_____. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11. ed. 2001. (Coleção O Mundo, Hoje, v. 24).

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 25ª Edição 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 17ª. ed. 1987. (Coleção O mundo, hoje, v. 21).

FREIRE, V. P.; CARVALHO, D. B. N. de; NOBRE, L. M. **Alfabetização em mídia e informação: reflexões e perspectivas para construção da cidadania digital: Eixo 01 - Informação, desenvolvimento e sociedade**. In: Simpósio internacional de educação e comunicação, 8. 2017. Aracaju. *Anais ISSN: 2179-4901*. Aracaju. 2017. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/simeduc/article/view/8635/2902>>. Acesso em 24 jan. 2020.

GALLI, F. S. C. **Linguagem da internet: um meio de comunicação global**. In: MARCHUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais – novas formas de construção do sentido**. São Paulo: Editora Cortez, 3. ed. 2010.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. 233 p.

GOMES, L. A.; SANTOS, L. P. dos. **Policidadania: política e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2004.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M; MARQUES, F. P. J. A. **Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho**. In: _____. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2017. cap. 1, p.17-43.

Green, E. D. **What are the most-cited publications in the social sciences (according to Google Scholar)**, 2016. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/66752/>>. Acesso em: 21 maio 2020.

- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: Racionalidade da ação e racionalização social. Vol. 1. São Paulo: VMF/Martins Fontes, 2012.
- HAN, B. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ : Vozes, 2018.
- HORKHEIMER, M. **Teoria Crítica**. Tradução de Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p.
- HOHLFELDT, A. C. A comunicação enquanto diálogo em Paulo Freire e Luiz Beltrão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. Ano VI, n. 11, p. 94-102, 2009. Disponível em: <<https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/101/99>>. Acesso em: 14 maio 2020.
- LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. O Futuro do Pensamento na Era da Informática. (Trad. COSTA, C. I.). Editora 34. São Paulo. 1993. p. 7-19
- _____. **Cibercultura**; tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.
- LIMA, N. **Twitter e comunicação pública**: com o microblog tem alterado a conversação entre governo e cidadãos. Aracaju: IFS, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1082>>. Acesso em: 16 maio 2020.
- LIMA, V. A. de. **Comunicação e cultura, as ideias de Paulo Freire**. Prefácio de Ana Maria Freire. 2. ed. rev. Brasília: Editora da UnB, Fundação Perseu Abramo, 2011. 190 p.
- McLUHAN, M. A Galáxia de Gutenberg. A formação do homem tipográfico. São Paulo, Ed. Nacional, 1977, 390p.
- MAFFESOLI, M.; MARTINS, M. de L. 'Ciberculturas', in **Revista de Comunicação e Linguagens**, nº 42, p. 41-52. 2011. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23794/1/ciberculturas.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2020.
- MANIZINI-COVRE, M. de L. **O que é Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos; 250).
- MARTINO, L. C. **Escritos sobre epistemologia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2017, 334p.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MENESES, M. P. R.; SARRIERA, J. C. Redes sociais na investigação psicossocial. **Revista Aletheia**, n.21, jun. 2005. p. 53-67. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n21/n21a06.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

NASCIMENTO, V. R. do; SICHONANY NETO, S. de O. **Teledemocracia e Cibercidadania: A Iniciativa Popular no Brasil e as Tecnologias da Informação e Comunicação.** Direito e Novas Mídias. OLIVEIRA, Rafael Santos de; SILVA, Rosane Leal da (Org.). Curitiba: Íthala, 2015. cap. 3, p.51-66.

Núcleo da Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). (2020). **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil, ano 2019.** Disponível em:< <http://cetic.br/arquivos/kidsonline/2019/pais>>. Acesso em 02 out. 2020.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Relatório do Conselho de Direitos Humanos.** 2011. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf. >Acesso em 26 abr. 2018.

PAULO FREIRE, Um Homem do Mundo. SESCTV.ORG.BR. Direção: Cristiano Burlan. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://sesctv.org.br/programas-e-series/paulo-freire/?mediald=3c628c0514fa361bb5e88752efe96893>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B., (Org.). **História da Cidadania.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PROSS, H. **Medienforschung.** Darmstadt: Carl Habel. 1972.

RAMINELLI, F. P.; RODEGHERI, L. B.; OLIVEIRA, R. S. de. **Direitos Fundamentais de Terceira Geração: o direito de acesso à Internet como Direito Fundamental.** In: Rafael Santos de Oliveira; Rosane Leal da Silva. (Org.). Direito e Novas Mídias. 1ed.Curitiba: Íthala, 2015, v. 1, p. 67-80.

RODRÍGUEZ ACEVEDO, G. D. Ciencia, Tecnología y Sociedad: una mirada desde la educación en tecnología. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 18, p. 107-143, 1 sep. 1998. Disponível em: <<https://rieoei.org/RIE/article/view/1094>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ROUANET, S. P. Dilemas da Moral Iluminista, 1992. **Revista Artepensamento.** Disponível em:

<<https://artepensamento.com.br/item/dilemas-da-moral-iluminista/>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SANTOS, A. C. P. dos. O papel das mídias sociais digitais para o exercício do controle social: contribuições das plataformas colaborativas para o exercício da cidadania. **Revista Belas Artes**, São Paulo, a.5, n.12, mai-ago. 2013.

Disponível em:

<<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=o-papel-das-midias-sociais-digitais-para-o-exercicio-do-controle-social>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

SANTOS, P. de T. Paulo Freire e as Teorias da Comunicação. In: GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire. Uma biobibliografia**. São Paulo/Brasília: Cortez/Instituto Paulo Freire/UNESCO, 1996.

SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Manual de Orientação**. 2019.

Disponível em: < https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

VERASZTO, E. V. et al. Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito. **Revista Prisma.com**. (Portugal), n. 7, p. 60-85, 2008. Disponível em:< <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2078>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

VIEIRA, F A. **Parlamentares e internet: uma análise comparada do perfil de uso das tecnologias digitais por deputados federais e senadores do Brasil, Chile e Uruguai**. 2017. 128 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Ciência Política-PPGCP), Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.ufpr.br/ppgcp/dissertacoes/>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

WOLTON, D. “**Comunicação é um conceito político**”, diz Dominique Wolton em POA. Disponível em:

<<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/06/comunicacao-e-um-conceito-politico-diz-dominique-wolton-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. Tradução de Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus, 2006. - (Coleção Comunicação).

_____. **Informar não é comunicar**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010, 96 p.

_____. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Tradução de Isabel Crossetti. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2012. – (Coleção Cibercultura), 229 p.

_____. **Pensar a comunicação**. Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1999.

_____. Pensar a Internet. **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre: PUC-RS, v. 8, n. 15, p. 24 - 28, ago. 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3117>>. Acesso em: 05 mar. 2020.